

TCC/UNICAMP
G886p
IE/2603



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia
CE-752 Monografia II



**Pós-Modernidade e Violência
na Sociedade Norte-Americana**

Camila Cordeiro Andrade Gripp RA: 008230
Prof. Orientador: Denis Maracci Gimenez

Campinas, novembro de 2005.

CEDOC/IE

*Para os queridos
Amado, Suzana e Daniel.*

Para Davi.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	2
Introdução.....	3

CAP. 1

O Mal-Estar Contemporâneo e Sua Natureza

1.1) Modernidade e Pós-Modernidade.....	6
1.2) O Mal-estar na Cultura - Transcendência ou Temporalidade?	11
1.3) A Compressão do Tempo	18
1.4) A Compressão do Espaço	22
1.5) A Cultura do Consumo	26
1.6) A Pseudo-realidade do Indivíduo e suas Relações Sociais	29

CAP. 2

A Violência na Sociedade Norte-Americana

2.1) Violência: Conceito e Tratamento Histórico.....	35
2.2) O Perfil da Violência nos Estados Unidos.....	42
2.3) O Suicídio.....	47
2.4) Comparações Internacionais	49

CAP. 3

Mal-Estar, Narcisismo e Violência

3.1) Causalidades Relativas à Violência	63
3.2) Suicídio e Suicídio de Jovens	69
3.3) O Narcisismo	77
3.4) Conclusões: Violência e Narcisismo	81

Referências Bibliográficas.....	86
---------------------------------	----

Agradecimentos

Neste trabalho de conclusão do curso de graduação sinto que devo agradecer a todos que fizeram destes, anos muito especiais. Ao professor-orientador Denis M. Gimenez, agradeço a confiança ao me permitir tratar uma problemática desmesuradamente complexa e desafiadora. Agradeço a paciente orientação e também por aceitar partilhar o desafio, já que o tema escolhido é pouco usual em trabalhos na área de economia.

Agradeço igualmente ao professor Carlos Brandão, por ter inspirado o tema aqui desenvolvido em suas aulas de Desenvolvimento Econômico (que percebessem os alunos ou não, tratavam assuntos muito mais profundos e polêmicos que a proposta da ementa). Também agradeço toda sua atenção e suas indicações bibliográficas. Ao professor de psicanálise Antônio Muniz de Rezende, agradeço os esclarecimentos em aula e as recomendações de leitura.

Ficam aqui também agradecimentos aos professores do Instituto de Economia que não influenciaram diretamente esta monografia, mas que certamente influenciaram meu desempenho durante a graduação. Prof. Eduardo Fagnani pela apresentação da temática de política social, por toda sua disposição e pelas atenciosas ajudas e conversas; Prof. Francisco Lopreato pelo encorajamento e estímulo à discussão; Prof. José Pedro Macarini pela solicitude e Profa. Ana Rosa Sarti pelo carinho. Aos funcionários do IE, agradeço a paciência e a prestimosidade durante estes anos.

Aos amigos agradeço a viva e saudosa presença daqueles que já vêm tomando rumos distintos... Jairo, Kmarão, Baiano, Flávia, Desc, João, Bomba, Mugrilo (cujos esforços me permitiram mais dedicação aos estudos e a esta monografia), André, Stalone, Luiz Marcos... dentre outros. Também o sempre presente apoio da Gra (e nossas discussões sobre psicanálise, sociologia, economia ou qualquer outro assunto sobre o qual fôssemos pretensas conhecedoras) e Crobs grande ensinadora de lições de vida! Aos amigos de Minas, agradeço a presença na distância: Milene, Marys, Flávia, Paulinha, Giselle, Carol...

Aos meus pais, agradeço o carinho, o incentivo, o incessante apoio (emocional e financeiro) e principalmente o desde sempre, imenso incentivo a estudar. Ao meu irmão Daniel, o exemplo. Ao Saulo, as intervenções.

Finalmente, agradeço profundamente ao Davi pelo companheirismo, pelos conselhos, pela ajuda, pelas conversas, pelo apoio, pelo incentivo, pelos tantos livros emprestados, pelas impressões, pelas indicações bibliográficas, pelos artigos enviados, pelas discussões sobre a bibliografia que li, pelas correções, pela paciência e principalmente por fazer tudo isso de bom grado.

Introdução

*"Quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata
tem que investigar sua configuração alienada,
investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual
até o mais recôndito nela.
Se falarmos de modo imediato sobre o que é imediato,
vamos nos comportar quase como aqueles romancistas
que cobrem suas marionetes de ornamentos baratos,
revestindo-as de imitações de sentimentos de antigamente,
e fazem agir as pessoas,
que nada mais são do que engrenagens da maquinaria,
como se estas ainda conseguissem agir como sujeitos,
como se algo dependesse de sua ação."*

T. Adorno

Este trabalho pretende abordar a violência relacionando-a à disseminação dos valores de mercado por todas as esferas da sociabilidade. A internacionalização da economia, a crescente importância do consumo, as transações financeiras sem contrapartida produtiva e a aceleração no ritmo de acumulação do capital fizeram do mundo um grande e abrangente mercado onde circulam não apenas capitais, tecnologia e homens mas também, ideais, valores, hábitos e costumes. O contexto econômico mais geral nos remete à dominação da economia de mercado solapando o compromisso do indivíduo com o desenvolvimento social e com o espaço público.

Os homens contemporâneos encontram-se imersos num novo universo não mais pautado pelo uso controlado da razão mas, impulsionado por estímulos sensoriais. As transformações no ritmo e no modo de acumulação do capital implicaram uma nova dinâmica à própria vida.

Entendemos que neste contexto as novas manifestações da violência não podem ser compreendidas sem levar-se em conta os efeitos da globalização econômica e o atual estágio do capitalismo, que incluem a rápida difusão e assimilação de produtos culturais.

A proliferação de teorias sobre a violência – muitas delas radicalmente divergentes – torna o tema quase inabordável. A dificuldade de se entender a violência está em sua tão ampla

difusão, na ausência de atores sociais permanentemente reconhecíveis e em suas causas dificilmente delimitáveis e compreensíveis. A complexidade que envolve o tema não nos permite pensar apenas em termos de “vítimas”, tampouco atores “culpados” plenamente conscientes em relação aos seus atos.

Os novos processos mundiais de criação e difusão cultural pautados fortemente na criação e destruição de estilos de consumo, influenciam padrões comportamentais e têm correlação inegável, ainda que de difícil especificação, com os novos hábitos de violência. Essas marcas contemporâneas explicitam-se na individualização crescente e na fragilidade da moralidade convencional, ainda não substituída plenamente por uma nova ética que dê conta dos fenômenos comportamentais e anseios atuais. O hedonismo e a preocupação narcísica com a imagem especular ganharam maior importância na vida da população, especialmente a mais jovem, que promove os lucros dos setores que exploram seu consumo.

Todos esses aspectos da sociabilidade contemporânea certamente são frequentemente experimentados em maior ou menor grau por todos os indivíduos inseridos no mundo capitalista, não sendo portanto representantes específicos da cultura norte-americana. Porém, os Estados Unidos não são somente a nação de maior poderio econômico e militar atual como também, os maiores produtores do entretenimento e da cultura consumidos no mundo ocidental. A convicção idílica de que o país seja o centro do mundo provavelmente baseia-se menos em seus recursos econômicos e bélicos do que numa utopia enraizada de uma sociedade que teria constituído-se concretizando tudo aquilo que as outras sonham: justiça, liberdade e abundância. Não só seus cidadãos crêem ingenuamente na existência efetiva destes três elementos mas, tal fé parece ter sido disseminada pelo mundo. O que era uma potência, tornou-se um modelo. Pense-se o que for da arrogância militar, do poderio de suas multinacionais ou da posse soberba do dólar, é essa a cultura que fascina até mesmo os que sofrem seus impactos. Essa sociedade que realiza incansavelmente sua própria apologia (vejamos a auto-publicidade exemplificada na difusão da bandeira nacional por toda e qualquer parte, vista não só como símbolo heróico mas garantia de boa procedência) parece ter convencido o mundo de sua pretensa superioridade sociocultural. O encurtamento do espaço e do tempo parecem ter estreitado os limites dos Estados Nacionais e o estilo de vida norte-americano assim como seus hábitos, preceitos e preferências também foram mundializados.

Todo o mundo adota valores norte-americanos e nós, brasileiros, não estamos isentos desta potente influência cultural. O mito desse país que é ao mesmo tempo farol do mundo “livre”, concentrador da riqueza produtiva e financeira e ao que parece maior autoridade militar internacional, continua a dominar o consciente e o inconsciente mundial. Todos adotam ou mimetizam sua moda, sua diversão, sua subcultura. A língua é dominadora incontestada e muitos parecem não se contentar em ser americanófilos, partindo para uma americanização integral. Tudo que ocorre no país da fantasia, na terra da bundância, é de interesse mundial (o urso da depressão, o touro da inflação, as eleições do novo líder mundial ou a vida de suas celebridades...).

No Brasil, praticamos o modelo norte-americano em suas dimensões econômicas e culturais, portanto, sofreremos igualmente suas consequências sociais (pois, os americanos parecem ter conservado um senso agudo de interesse individual ao mesmo tempo em que perderam qualquer sentido coletivo que poderiam dar às suas iniciativas). A influência norte-americana sobre o país seja no âmbito cultural, econômico ou político é evidente e vem sendo discutida por vários autores em diferentes áreas do conhecimento. Toda a discussão feita ao longo desse trabalho, ainda que enfoque a sociedade norte-americana, pode ser aplicada ao Brasil, país onde essa problemática é vorazmente agravada pela condição de subdesenvolvimento, pela grande desigualdade social e nas últimas décadas, pelo baixo crescimento da renda e da renda *per capita*.

A violência nesse modelo social vigente, onde impera o individualismo de massas, está presente e evidente, escondida e latente em muitos lugares, em vários setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades, possuindo conotação político-econômica e sociocultural. Ao mesmo tempo, a questão da violência se refere a cada um de nós, conquanto participamos de uma mesma conjuntura fundamental e não estamos apartados de ligações sociais.

Vivemos a cultura da violência que a pretexto de retratá-la, vem exaltando e levando ao paroxismo todas as suas formas. Contraditoriamente, a violência contemporânea parece não nos atingir mais, tão embotados emocionalmente ficamos.

CAPÍTULO 1

O MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO E SUA NATUREZA

Após introduzir sumariamente o conceito de pós-modernidade, este capítulo busca descrever a natureza do atual mal-estar, pós-moderno ou contemporâneo. A cultura norte-americana é a referência para o trabalho não por ser dotada de características exclusivas, mas por ser um símbolo da sociedade consumista e individualista que procuramos descrever.

A natureza geral do mal-estar na civilização baseia-se na teoria psicanalítica de Freud. A psicanálise é constantemente evocada ao longo deste capítulo como um instrumental que nos permite analisar as conseqüências do mal-estar social sobre o indivíduo. A condição social atual é resultado das imposições do sistema capitalista sobre a cultura e a sociedade, e as deturpações desta são fontes de perturbações que se refletem sobre os homens contemporâneos, tal como buscamos descrever.

1.1) Modernidade e Pós-Modernidade

A contemporaneidade chamada alta modernidade para alguns como Maroni (2005), pós-modernidade para Harvey (1992) ou mesmo modernidade líquida para Bauman (2004), refere-se em essência às mudanças sócio-comportamentais ocorridas ao longo do século XX. Para alguns autores ainda, a chamada pós-modernidade não passa de uma versão da modernidade, em que ocorreram alterações que levaram idéias latentes e dominadas do primeiro período a tornarem-se explícitas e dominantes no segundo. Ou ainda, como sugere Jameson (1984), a pós-modernidade é simplesmente a lógica cultural do capitalismo avançado.

Segundo Harvey (1992) e a abordagem pretendida no presente texto, essas modificações são decorrências diretas e indiretas das transformações na forma de acumulação capitalista (sejam estas, o encurtamento temporal da produção e do consumo, as alterações das relações de trabalho, a evidência do consumo de signos, o preponderante papel do intermédio midiático na

relação produção-consumo ou a inserção social através do poder de consumo, dentre outras). As rupturas relevantes nesse processo se dão no intercâmbio entre o cultural/social e o individual, e apontam para vivências traumáticas ou em alguns casos patogênicas.

A fase precedente à atualidade seria assim, a modernidade, onde as instituições teriam sido um firme ancoradouro à formação identitária da individualidade, existindo uma racionalidade controladora do ideal, negando o caos ou o devir. Habermas (1986) chama de projeto da modernidade o debate do século XVIII, incluindo o esforço iluminista para desenvolver uma ciência objetiva, leis da moralidade e o reino das leis universais. O desenvolvimento da racionalidade implicaria a libertação da irracionalidade do mito, da religião e do uso arbitrário do poder, incluindo o surgimento de um domínio científico sobre natureza que libertaria o homem das penúrias da escassez. A natureza se tornaria pela primeira vez um objeto, cessando de ser reconhecida como poder em si mesma e a descoberta de suas leis seria funcional a sua subjugação.

Habermas (1986: 9) diz que os homens modernos estiveram possuídos pela “extravagante expectativa de que as artes e as ciências iriam promover não somente o controle das forças naturais como também, a compreensão do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça das instituições e até a felicidade dos seres humanos”¹. No entanto, procura combater o derrotismo associado a este projeto e os que o dizem ter sido uma espécie de idealização natimorta, ainda que admita o que chama “realização deformada da razão na história” e possíveis excessivas simplificações racionais acerca de uma realidade muito mais complexa.

No plano econômico, o advento do capitalismo industrial explicita a dissolução das comunidades tradicionais, de modo que o dinheiro tornar-se-ia a “verdadeira comunidade”. Numa perspectiva marxista, o dinheiro ao ser símbolo da riqueza em sua forma mais geral acaba por tornar-se o próprio objeto da ambição e do desejo. Tornam-se predominantes as relações impessoais e indiretas, e a exploração do trabalho acaba obliterada na mercadoria. Através da crescente divisão do trabalho, nos tornamos dependentes de outros cuja vida e aspirações nos permanecem insignificantes (Harvey, 1992).

¹ Harvey (1992) diz ser um arquétipo literário da modernidade, o personagem Fausto, de Goethe. Ele representaria um herói épico preparado para destruir mitos religiosos, valores e costumes tradicionais a fim de construir um mundo novo. Fausto obriga a si mesmo e aos outros a chegar a um extremo de organização, sofrimento e exaustão objetivando dominar a natureza, para criar uma paisagem nova e alcançar uma realização espiritual que libertasse os homens de seus desejos e necessidades.

“Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração deles; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento de homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de encanto do seu trabalho, que passa a ser uma labuta odiosa; eles o alienam das potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção que a ciência é incorporada neste como força independente; eles distorcem as condições nas quais ele trabalha, sujeitando-o, durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho...” (Marx, 1997: 604)

Haveria, no entanto, segundo Harvey (1992), aspectos positivos relacionados à modernidade capitalista, como o potencial comando das forças naturais reduzindo as limitações que estas impõem sobre a vida humana, a criação de desejos e perspectivas capazes de ampliar as possibilidades culturais e a redução das barreiras espaciais ou os novos panoramas para o desenvolvimento abertos a partir de revoluções nas forças produtivas.

A definição do “modernismo” é complexa e frequentemente contraditória, abarcando a celebração de um novo tempo e sua condenação. Por um lado, o modernismo significou uma libertação, porém por outro, pode ter significado excessiva objetivação e instrumentalização que teriam levado à frieza existente nas relações, reduzidas a intermediações monetárias (único meio de coordenação possível numa crescente divisão do trabalho). Para Harvey (1992), o modernismo parece bem diferente a depender de onde e quando nos localizamos, e sua transformação para o que nomeia “pós-moderno” teria se dado por uma mudança na experiência do tempo e do espaço pelas transformações da acumulação capitalista e também pela perda da fé na inelutabilidade do progresso técnico, juntamente a um crescente incômodo com a rigidez categórica do pensamento iluminista. O advento da psicanálise freudiana explicitando a necessidade humana de articulações do consciente com o inconsciente, teria também contribuído para esta balbúrdia transitória. Segundo a tese de Adorno & Horkheimer (1985) já no século XX, verifica-se o abandono do otimismo modernista com a crescente suspeita de que o projeto iluminista estava fadado a voltar-se contra si mesmo, transformando a busca pela emancipação humana num sistema universalmente opressor. Para Campos (2004) houve uma ruptura da visão integrada do universo racionalista e um esgotamento dos ideais de

sociedade, tendo esta ficado ameaçada de desintegração, dado o surgimento de um individualismo de massas.

Ainda que o modernismo tenha sido solapado, desconstruído, superado ou ultrapassado, há ainda pouca certeza quanto ao que o substituiu. As oposições entre características “modernas” e “pós-modernas” são na maioria das vezes, excessivamente caricaturais². Muitos enfatizam a nova era como a de um contra-ataque às pretensões universalizantes advindas do projeto iluminista.

Harvey (1992) diz ter o conceito “pós-moderno” emergido de sua crisálida do “anti-moderno” no começo dos anos 70, mas dadas as diferentes tentativas de definição do termo por diferentes autores, podemos dizer que só há consenso no que se refere a afirmação de “pós-moderno” enquanto um distanciamento ou uma reação ao “moderno”. A natureza e a profundidade dessas transformações são discutíveis ainda que a nítida percepção de mudanças seja consensual.

Segundo Bauman (1998), na nova era advinda, diferentemente do que dantes ocorria, as identidades são instantâneas, chamadas “identidades de palimpsesto” e exigem que o indivíduo mantenha-se conectado a novas imagens e possibilidades apresentadas e reivindicadas pela lógica do consumo.

O pós-modernismo, supostamente, teria trazido à tona a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de outros mundos e outras vozes, negando uma representação unificada da realidade e seu retrato enquanto uma totalidade repleta de diferenciações, enquanto a afirmava como variados fragmentos em perpétua mudança³ (Maroni, 2005).

A lógica operante no novo sistema é assim, a das cisões e dissociações. Em relação à personalidade, para Maroni (2005), as neopatologias (dentre elas a adicção, seja por psicotrópicos, alimentos, álcool ou mesmo por outros objetos de consumo) são a versão grotesca desta lógica. A esquizofrenia (não em seu sentido clínico restrito) parece ter

² Na literatura podemos dizer genericamente que o modernismo trata de realidades singulares ainda que complexas, enquanto o pós-modernismo aborda realidades diversas, coexistentes e interpenetrantes. Lasch:1983, ainda que não entre na discussão sobre modernismo e pós-modernismo, compara as diferenças expressas no âmbito teatral e diz que enquanto escritores de dramas clássicos como Sófocles, Shakespeare ou Ibsen voltavam-se para conflitos associados a neuroses, o teatro de Albee, Beckett, Ionesco ou Genet, centraliza-se no vazio, no isolamento, na solidão e desespero experimentados pela personalidade fronteira (p.121).

³ Na pós-modernidade haveria uma ênfase na ficção, nos signos e na estética sugerindo um reforço do papel do dinheiro descrito por Marx.

substituído a histeria e a paranóia (ainda comum em sua manifestação esquizo-paranóide)⁴. Mas, o artefato pós-moderno típico da psicanálise parece ser a caracterização enquanto esquizóide. A esquizoidia seria nesse sistema induzida pela excessiva fragmentação e instabilidade. A fragmentação leva à redução da experiência a uma série de presentes “puros” e não relacionados no tempo. Assim, a imagem, a aparência e o espetáculo podem ser experimentados com uma intensidade forte, porém instantânea. Essa ruptura com a ordem temporal confere um tratamento particular ao passado, pois o pós-modernismo abandona qualquer sentido de continuidade histórica.

Para alguns autores (Maroni:2005, Harvey:1992, Bauman:2004 e Baudrillard:1996) o outro lado da perda da temporalidade e da busca pelo imediato e instantâneo, seria uma perda paralela da profundidade e densidade das vivências, reenfatizando e até celebrando as qualidades da vida atual. “Não procurando mais o olhar do outro, [os indivíduos] acabam por não se verem mais. Assim, nas ruas, as pessoas cruzam-se sem se olharem, o que pode parecer um sinal de discrição e civilidade, mas é também uma marca de indiferença” (Baudrillard:1996, p.12).

A abertura dada à compreensão da diferença e da alteridade na pós modernidade, bem como o potencial liberatório concedido a grupos minoritários, como observa Campos:2004, podem levar no âmbito social a uma perigosa aceitação do que vai contra os deturpados valores modernos de liberdade e igualdade. No campo das relações individuais, a aceitação do outro se dá a partir de uma equivocada percepção de tolerância confundida com indiferença.

A discussão sobre o que define a pós-modernidade ou sobre as formas mais ou menos adequadas de denominá-la não é tão relevante para o presente estudo quanto a análise sobre seu “mal-estar” e suas consequências sobre os indivíduos e suas relações sociais. Assim, partimos do pressuposto de que de fato existem diferenças significativas entre a chamada “modernidade” e a atualidade. No entanto, concordar em chamar o contemporâneo de “pós-moderno” representa aqui somente a necessidade de distingui-lo do período anterior, sem a pretensão de qualquer especificação temporal para os períodos, uma vez que suas intersecções ou coexistências podem ter perdurado por décadas ou até mesmo ainda verificarem-se presentes.

⁴ “(...) nossa sociedade produz esquizofrênicos da mesma maneira como produz o xampu Prell ou os carros Ford, com a única diferença de que os esquizofrênicos não são vendáveis” Deleuze e Guattari (1984: 245) *apud* Harvey (1992).

1.2) O Mal-estar na Cultura - Transcendência ou Temporalidade?

Freud, em seu estudo de 1930, “O Mal-Estar na Cultura”⁵ (Freud, 1997), atribui o mal-estar do qual padecem os homens, às exigências impostas pelo processo civilizatório à medida em que este implica renúncias instintivas. A substituição do poder individual pelo coletivo constitui o passo decisivo para a civilização, cujo resultado final seria um estatuto de normas de convivência para o qual todos contribuiriam com a repressão de seus instintos.

Durante muitos séculos, as forças dos recalques teriam se extraído de duas fontes: a escassez, (realidade inevitável da natureza, implicando a necessidade do trabalho como garantia de sobrevivência) e a crença inquestionável em princípios subjacentes aos tabus, regras e proibições (fonte esta, elaborada a partir do aparato cultural e religioso da sociedade, coagulado num superego individual sempre vigilante, uma espécie de força policial psíquica pronta para punir seus violadores com dolorosos sentimentos de culpa), de acordo com Herrmann (1994).

A principal contribuição do texto de Freud (1997) está no questionamento de nossas representações enquanto analogias do desejo dos indivíduos. Nossas idéias de realidade seriam assim formações convencionadas, dadas as forças coatoras dos desejos e instintos necessárias à formação de uma estrutura social. Para Freud (1997) no entanto, o corpo psíquico produtor de pensamento, sentimento e emoção, operante na interioridade do sujeito enquanto indivíduo e refletido no real social, é antes de mais nada um corpo sexual. O que ocorreria, contudo, seria que este corpo se encontra na civilização, coberto por vestes representacionais. A formação do superego e a exacerbação da culpa seriam instrumento e resultado dessa renúncia instintiva imposta pela formação sócio-cultural como a concebemos e aceitamos.

Como poderíamos aplicar a teoria freudiana diante das transformações econômica, social e cultural vividas ao longo do século XX? Talvez um relativismo historicista decretasse o estudo como fruto dos conflitos de sua época, datável e reflexo de uma condição histórica. Num caminho oposto, verificaríamos a exaltação de que uma sentença científica tem necessariamente

⁵ Algumas edições trazem a tradução “O Mal-Estar na Civilização”. No entanto, uma tradução mais criteriosa do original “*Das Unbehagen in der Kultur*”, seria “O Mal-Estar na Cultura”.

valor transcendental e eterno⁶. Considerando falaciosas ambas as opções extremas, defendemos a inexistência da possibilidade de se realizar qualquer estudo desta importância sem a influência de seu meio, ao mesmo tempo em que o mal-estar atual confere uma prova de atemporalidade à obra de Freud.

Dentro da primeira concepção (relativista) a idéia de que o cerne de nosso protesto e angústia dirigem-se ao imperativo cultural de renúncia instintiva estaria expressando mais uma característica do ambiente moral e da sociabilidade da época em que produziu-se o texto, que um diagnóstico universal da cultura humana. Mas, sob a ótica de muitos autores, estudos como o de Freud operaram uma espécie de “salto dialético”: ainda que historicamente inseridos, transcenderam sua relatividade sendo muito mais que produtos históricos (é de fácil comprovação que certas teorias abarcaram implicações muito além das circunstâncias que as fizeram surgir).

A tese de que a cultura implica uma renúncia à satisfação pulsional dificilmente poderia ser relativizada pelo tempo, no entanto, muitos estudiosos sugerem que o objeto central dessa renúncia, posto por Freud como a sexualidade seja questionável. A abordagem da sexualidade, no entanto, não é tão interessante para esse estudo quanto a repressão da agressividade (“pulsão de morte”) ou a discussão sobre o mal-estar em si, um dos pontos nevrálgicos na construção da idéia de que uma realidade perturbadora deve ser relacionada às manifestações contemporâneas de violência expressas no interior da sociedade proposta como objeto de estudo, os Estados Unidos.

Admitimos ser a renúncia sexual apenas uma das dimensões de uma renúncia geral envolvida no ato civilizatório, ainda que Freud tenha a inibição do amor libidinal como ponto central de suas discussões e veja a pulsão sexual como constituinte básico do psiquismo. Para Herrmann (1994) mesmo que a psicanálise freudiana ortodoxa não abandone a sexualidade como tema dominante, certas linhas clínicas contemporâneas chegam perto de ignorá-la, significando essa prática para alguns conservadores, um novo avatar da própria repressão sexual. Embora interessante, este debate não se faz proveitoso ao estudo proposto, mas nos cabe pensar isto sim, a aplicação da teoria às muitas condições da vida contemporânea.

⁶ Arida, P. (1996): A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: Rego, J.M. (org.) *Retórica na Economia* é uma referência sobre a discussão entre relativismo histórico em contraposição a visões incrementalistas do progresso científico, ainda que se restrinja ao âmbito da ciência econômica.

O objetivo aqui define-se então como o diagnóstico da natureza atual do mal-estar na cultura e sua interpretação. Tomemos como exemplo de mal-estar o vazio a que refere-se a poesia de 1925, do escritor norte-americano T.S. Eliot (Eliot, 2000)⁷:

*"Nós somos os homens ocos
Os homens empalhados
Uns nos outros amparados
O elmo cheio de nada. Ai de nós!
Nossas vozes dessecadas,
Quando juntos sussurramos,
São quietas e inexpressas
Como o vento na relva seca
Ou pés de ratos sobre cacos
Em nossa adega evaporada

Fôrma sem forma, sombra sem cor
Força paralisada, gesto sem vigor;
Aqueles que atravessaram
De olhos retos, para o outro reino da morte
Nos recordam - se o fazem - não como violentas
Almas danadas, mas apenas
Como os homens ocos
Os homens empalhados..."*

Segundo Herrmann (1994) todas as épocas lamentaram seu próprio vazio, o tédio cotidiano e a ausência de grandes desafios. De acordo com o autor, já Confúcio⁸, impressionado pela extrema miséria, os desmandos administrativos e a corrupção proeminentes na China, dedicou-se com afinco à busca da supressão dos sofrimentos dos mais humildes, lamentando-se viver numa época menor. Nas palavras de Freud (1997: 40) "Parece certo que não nos sentimos confortáveis na civilização atual, mas é muito difícil formar uma opinião sobre se, e em que grau, os homens de épocas anteriores se sentiram mais felizes, e sobre o papel que suas condições culturais desempenharam nessa questão".

⁷ Este fragmento corresponde à parte do poema "Os Homens Ocos" ("The Hollow Men" de Eliot, 2000).

Seria assim, o razão para tal lamento antes certa posição dos homens frente a sua existência cotidiana, do que uma especificidade atual? Segundo Herrmann (1994), o *tedium vitae*, como muito referido em estudos psicanalíticos, não pode ser considerado dentro do ponto de vista proposto uma exclusividade do tempo de hoje ou ontem, mas ao que parece, é uma condição constantemente presente que surge como uma recusa ao elemento entediante do cotidiano, ou uma revolta contra a miséria social (quando capaz de identificá-la).

Contudo, existe uma forma de vacuidade, de tédio e de miséria característica de cada tempo. As mais notáveis formas do mal-estar na cultura da atualidade, estão para muitos autores na perda da substancialidade das representações sociais, na insegurança das posições relativas dos sujeitos e na crise de instituições: família, religião, trabalho e escola. De acordo com Harvey (1992), podemos dizer que multiplicaram-se os recursos disponíveis para obtenção de informação, conhecimento e lazer, esticou-se a longevidade e as tecnologias surgiram e se aprimoraram numa taxa muito superior à nossa capacidade de assimilá-las e usá-las. Ao mesmo tempo em que o mundo parece ganhar feição humana, o homem parece mais distante dele e de si mesmo, ao ponto em que as idéias produzidas e veiculadas em massa podem fazer com que o indivíduo creia mais facilmente, no entanto, sua crença não lhe sustenta identidade. Em meio à riqueza financeira acelerada e ao desenvolvimento tecnológico, vacila o sentido de interioridade e de objetivo maior que deveria alimentar e dar sustentação à vida cotidiana.

De acordo com Herrmann (1994), caracteriza-se nesse contexto o *homo turisticus*, aquele que busca uma saída para o cotidiano na variedade e na exceção, procurando lugares que o distraiam, mas que em essência vive ainda o tempo que busca negar. Acreditando que “para o turismo caminha a humanidade, pois ele representa a via final comum da entropia social”, o autor descreve a idéia de “viagem de férias” como uma “exceção consentida”, tendo sua durabilidade e vivência relação com o tempo do trabalho diário e não com o tempo local. “É como se, ao viajar, estivéssemos sob uma redoma de tempo deslocado do cotidiano de origem” assim, o autor vê o turismo como uma denúncia da desconformidade entre o espaço-tempo e as necessidades do homem contemporâneo. “Ele [o *homo turisticus*] não sente ser um elo de uma série histórica, é como se vivesse à beira da escatologia, do fim dos tempos; sua vida pode ser a coroação negativa da história humana” (Herrmann, 1994:32).

⁸ Confúcio viveu na China de 551 a 479 a.C.

O cenário apresentado poderia ser descrito numa outra perspectiva, como uma civilização de meios, na qual o objetivo máximo é a produção de instrumentos eficazes para o alcance de qualquer fim que seja, já que se perde a idéia da finalidade social e vemos os meios ditando seus próprios fins. Este, ao que parece, é o centro do presente mal-estar na cultura, que ocupa uma parte considerável da filosofia e sociologia contemporâneas e nutre a literatura e manifestações artísticas modernas.

Segundo Baran & Sweezy (1978), a sociabilidade moderna reduziu ou extinguiu muitas das manifestações mais imediatas dos recalques aos quais referiu-se Freud. O sexo teria se tornado mais livre dentro e fora do casamento tendo sido a evolução contraceptiva sólido arrimo para a libertação da escravidão doméstica feminina. No entanto, segundo os autores, não se criou uma nova ordem moral para guiar a sociabilidade numa era de abundância material crescente, ainda que cada vez mais concentradora de riqueza e poder, e a proteção social consequentemente deu-se por pressões exteriores aos indivíduos, cada vez mais incapazes de organizar-se contra a opressão econômica e social.

“É esse [estado de debilidade] o destino inevitável de uma sociedade sem fé e sem moral e sem capacidade de proporcionar aos seus membros formas de usar suas energias para fins humanamente interessantes e dignos. (...) Como ver de outro modo a perda da significação do trabalho, a insipidez estultificante do lazer, a degeneração do que recebe o nome de cultura, o fenecimento da atividade política como luta sobre o caminho a ser percorrido pela sociedade?” (Baran & Sweezy, 1978: 350 e 351).

Uma vez revelado por Freud que a civilização não se baseia somente na repressão pulsional, mas também em sua canalização para finalidades criadoras (processo a que chama “sublimação”) os autores afirmam a necessidade constante em aprofundar ou recriar estes canais. Segundo Freud (1997), a sublimação do instinto constitui um aspecto evidente do desenvolvimento cultural, ela torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas o desempenho de um papel importante na vida civilizada. Só assim os indivíduos encontrariam escoadouros satisfatórios às suas energias latentes.

Um mal-estar atual existiria justamente por esta lacuna: o colapso da sublimação. Para Lasch (1983), quando a arte, a religião e até o sexo perdem seu poder sublimativo, os homens perdem sua capacidade de prever qualquer saída que não a desolação ou anulação total.

Alegando ser essa obstrução da sublimação razão para o retorno ao estado primitivo de satisfação da pulsão libidinal através do próprio ato sexual, os autores Baran & Sweezy (1978: 352) negam a funcionalidade da reorientação pulsional à finalidade biológica original: “As aparentes possibilidades sugeridas com tamanha liberalidade pela renovada ênfase na sexualidade continuam essencialmente inatingíveis: o homem anestesiado sofre uma espécie de castração psíquica, uma incapacidade de experimentar a catarse psíquica através da atividade sexual”. A incapacidade sexual primeiramente mental, que pode levar à fisiológica, passa a ser para o homem moderno mais uma fonte de tensão e frustração, removendo da sexualidade qualquer papel de auxílio à incapacidade de solidariedade ou dificuldade de compreensão existente dentro dos relacionamentos.

Nesse estado de coisas, Lasch (1983) diz ser esmagadora a busca pela autoconscientização (ainda que só se alcance uma pseudo-conscientização). Esta busca fica expressa na procura por novos cultos e terapias que acabam voltando-se não para a libertação de obsessões mas, para a tentativa de dar algum sentido à vida.

A busca do indivíduo por sua identidade segundo Freud (1997), está comprometida pela própria constituição da civilização. Para o autor, a história da cultura ocidental pode ser assimilada ao desenvolvimento de um sistema de representações que busca mimetizar o real, sistema esse que chamamos “realidade”. A equivalência intra-subjetiva tenta mimetizar a interioridade do sujeito humano, o que chamamos “identidade” (as chamadas patologias da identidade tomam lugar de primazia na psicanálise contemporânea, antes ocupado pelos distúrbios ligados a repressão pulsional (Herrmann, 1994)). Freud explicita esse projeto como um simulacro falseador do real e do desejo.

Para Harvey (1992), o aprofundamento da simulação da realidade na atualidade ganha fatores complicadores à medida em que criam-se demasiadas imagens e com extrema facilidade, em especial após o advento dos sistemas digitais. Imagens essas, capazes de simular e nos dar a idéia de diversidade, de enormes diferenças culturais sendo harmonicamente unidas pelas forças da globalização (a propaganda da onda liberalizante imposta pelas novas formas de acumulação do capital, por exemplo, causam no indivíduo uma espécie de ilusão-patológica a que a psicanálise chamaria “identificação com o agressor”). Nosso tempo caracteriza-se por uma equalização jamais dantes vista de padrões culturais, sonhos e metas. As culturas têm desaparecido originando uma forma média dominante. O capital e suas produções sociais

disseminam-se pelo mundo, aniquilando as diferenças, e fazendo com que a necessidade do homem de imaginar-se diferente de si mesmo seja comprimida e só encontre lugar na geografia fantástica.

Segundo Harvey (1992), a compressão do tempo e do espaço em última instância provocadas pela aceleração da circulação do capital e aperfeiçoamento de seus mecanismos de valorização financeira, seria responsável por um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classes, bem como sobre a vida social e cultural. Harvey (1992) destaca uma influência particular nas maneiras atuais de pensar, agir e sentir, expressas na acentuada efemeridade e volatilidade de modas, técnicas e produtos, e suas repercussões que enfatizam valores e virtudes da instantaneidade e descartabilidade.

Na mesma linha afirma Freud (1997: 39) “contudo, [os homens] parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de um anseio que remonta a milhares de anos, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes”.

Detectadas as manifestações atuais do “mal-estar”, podemos voltar à questão inicial sobre sua transcendência e defender a idéia de que o “mal-estar” descrito por Freud, possui elementos temporais e transcendentais. Transcendental na medida em que não há época alguma livre de mal-estar, e temporal à medida que podemos particularizar o mal-estar de determinada época, como nos provam especificidades do mal-estar contemporâneo ou pós-moderno.

1.3) A Compressão do Tempo

“Tudo, da escritura de romances e do filosofar à experiência de trabalhar ou constituir um lar, tem que enfrentar o desafio do tempo de giro em aceleração e do rápido cancelamento de valores tradicionais e históricos adquirido.”

Italo Calvino

Segundo Harvey (1992), a redução do tempo de giro do capital tanto em sua esfera de valorização produtiva quanto financeira, envolve acelerações paralelas nas trocas e no consumo. A maior velocidade na circulação das mercadorias e do dinheiro tem implicações não exclusivamente econômicas como também, exerce inegável influência na sociabilidade, alterando a forma como se dão as relações pessoais entre os sujeitos, seja enquanto grupo ou indivíduos.

Para o autor, os aperfeiçoados sistemas de informática e telecomunicações que permitem a aceleração da dinâmica acumulativa e trazem os fluxos de informação para o chamado “tempo real”, são igualmente fontes de mudanças para as relações sociais constituídas dentro do sistema capitalista. Dentre as inúmeras consequências desta aceleração no ritmo de giro do capital, algumas exercem influências particulares nas maneiras contemporâneas dos sujeitos de pensar e agir.

Se até boa parte do século XX havia uma separação significativa entre tempo de trabalho e de lazer, podemos dizer que ao final do século XX, esta diferença já se apresentava bem mais tênue e os fins de semana passaram a adquirir a mesma lógica temporal laboral. Isso quando o trabalho não se extrapola consumindo o tempo do lazer⁹. O lazer também voltou-se para a ativação dos estímulos (esportes, televisão, encontros sociais mediados pelo álcool) sempre evitando qualquer referência à capacidade de pensar.

Evidenciam-se também a efemeridade e a volatilidade de modas, produtos, técnicas, processos, ideologias, valores e práticas estabelecidas.

Segundo Harvey (1992), em relação à produção de mercadorias, o efeito imediato é a ênfase nos tidos como virtudes, valores da descartabilidade (embalagens, talheres, utensílios domésticos, etc.) e instantaneidade (refeições prontas, entregas em domicílio e tudo que envolva praticidade). A dinâmica da “sociedade do descarte” como apelidada por alguns autores, fica cada vez mais evidente a partir de meados dos anos 60 nos Estados Unidos, e significa mais do que simplesmente desfazer-se de bens adquiridos, engloba a capacidade de desvincular-se de relacionamentos estáveis, incorporar novos valores e “estilos de vida”,

⁹ Segundo Lobo (2003: 13) “No Japão, dezenas de famílias de vítimas de *karoshi*, a morte por excesso de trabalho, são indenizadas pelo governo todo ano. Os ingleses batem recordes de faltas ao trabalho por estresse e gastam bilhões com terapias para combater o problema”.

desapegar-se de objetos que guardam memórias de lugares ou pessoas e a constante busca por novos modos de agir ou novos modos de ser. “Em comparação com a vida numa sociedade que se transforma com menos rapidez, hoje fluem mais situações em qualquer intervalo de tempo dado, e isso implica profundas mudanças na psicologia humana” (Toffler, 1970: 40).

A volatilidade de fato significa alta capacidade de adaptação e resposta aos movimentos do mercado, tornando complexos planejamentos de longo-prazo. A primeira estratégia de resposta aponta naturalmente para o planejamento de curto-prazo bem como para a busca de ganhos imediatistas. Esta tem sido uma estratégia empresarial notória da administração de empresas nominalmente envolvidas com o setor produtivo uma vez que, frequentemente buscam ganhos de curto-prazo em fusões e aquisições e em especulações no mercado financeiro envolvendo adicionalmente ganhos cambiais.

O consumo, grande pilar da inserção social do indivíduo no mundo contemporâneo, que gradua hierarquicamente os indivíduos pelo seu poder de consumir bens materiais, sofre segundo Harvey (1992), duas mudanças cruciais à medida que acompanha a aceleração da valorização do capital em suas duas esferas (financeira e produtiva). Primeiramente, a mobilização da moda em mercados de massa, em oposição a mercados de elite, acelera o consumo de roupas e objetos supérfluos¹⁰ e também de “estilos de vida”, que envolvem hábitos de lazer e entretenimento, esportes e outras atividades ligadas à saúde física e mental ou mesmo a própria cultura, em todas as suas manifestações (cinematográfica, musical, visual, plástica, etc.). Ainda além, vê-se a passagem do consumo de bens direcionada ao consumo de serviços (à medida que economicamente presenciamos a expansão deste setor, seja em volume de renda ou geração de empregos) pois, como há limites dentro do que se pode chamar de “bom senso” para a acumulação de bens físicos, é natural que capitalistas induzam os consumidores ao uso destes serviços, bastante efêmeros em termos de consumo. Ao que parece, educação, entretenimento, cultura, auxílio psicológico e psiquiátrico, serviços estéticos e segurança particular proliferaram-se fenomenalmente, sendo hoje possível a busca por profissionais capazes de oferecer serviços inimagináveis 20 ou 30 anos atrás. A expansão dos serviços compensa

¹⁰ É comum que nos Estados Unidos, roupas de coleções passadas encontrem-se disponíveis em *outlets* com preços que chegam a um décimo do anterior. Também não raramente pode-se encontrar nas latas de lixo dos ricos subúrbios discos, móveis em perfeito estado, livros, televisões e outros aparelhos eletrônicos, etc. (Messadié (1989: 83) diz ter encontrado um desenho do século XVIII e ter visto em Houston um prédio de escritórios, a pouco construído, ser demolido para a construção de um prédio-estacionamento, apenas porque todas as salas não conseguiram ser ocupadas).

parcialmente (e na grande maioria das vezes insignificamente) os efeitos perniciosos do advento da automação e cibernética sobre o emprego que também acrescentam uma nova desumanização ao processo produtivo.

Não obstante, dentro da estrutura social existente, os objetos de consumo perdem cada vez mais a capacidade de satisfazer o indivíduo. Segundo Baran & Sweezy (1978), forças semelhantes às que destruíram a identidade do sujeito pelo seu trabalho levam gradativamente à erosão de sua auto-identificação enquanto consumidor.

Segundo Harvey (1992), a nova configuração resultante da interação entre transformações na forma de valorizar o capital (financeirização da riqueza) e a sociedade, provoca a emergência de indivíduos particularmente afetados. O “resfriado yuppie”¹¹, um estilo de vida não raramente frenético, que inclui vício em trabalho, excessivas horas de dedicação à atividade profissional, e ambientes profissionais muitas vezes altamente competitivos e concorrenciais (onde a corrida pela superioridade e ascensão se dão não só entre firmas, mas entre indivíduos intra-firmas), é poderosa fonte de criação de candidatos à mentalidade esquizofrênica descrita por Jameson (1984).

A viabilização das supracitadas transformações não poderia se dar sem a manipulação dos gostos, preferências e opiniões, sem um meio de criar desejos, mudar valores e literalmente convencer e seduzir aqueles que serão consumidores não só das mercadorias, mas também de todas as idealizações de satisfação, plenitude e felicidade. A publicidade objetiva atingir um desejo íntimo do indivíduo, explorando sua vaidade, exibindo-lhe satisfação e sucesso numa promessa de libertá-lo de seu vazio cotidiano.

Para Bell (1978), a constituição da “massa cultural” não se dá pelos criadores de cultura ou objetos mas, pelos seus *transmissores*, os profissionais responsáveis pela imputação do desejo. A publicidade e a mídia são interventores ativos, que utilizando-se de novas construções de signos e imagens, que não necessariamente relacionam-se com o objeto a ser vendido, saturam o mercado do desejo de consumo, atendendo a fins empresariais particulares. Para Harvey (1992: 260) “se privássemos a propaganda moderna da referência direta ao dinheiro, ao sexo e ao poder, pouco restaria”.

¹¹ Apelido dado a uma condição de estafa psicológica que paralisa a ação de resposta dos profissionais às demandas exigidas pelo trabalho e produz sintomas físicos semelhantes aos dos resfriados (Harvey, 1992).

No entanto, enquanto propagandeia-se adaptabilidade, flexibilidade e dinamismo do objeto material ou humano, as corporações e os governos valorizam imagens estáveis como parte da aura de autoridade e poder, sendo para esse fim, necessária a continuidade e a estabilidade da imagem que associa-se à respeitabilidade, confiança, prestígio e qualidade; utilizando-se também da imagem para a construção da identidade corporativa e institucional.

Dentro deste sistema, a aquisição de uma imagem é tão importante quanto o consumo do bem em si. A compra de um sistema de signos possibilitada pelo consumo de objetos muitas vezes menos valiosos ou úteis que suas “marcas” ou “grifes” se torna um elemento essencialmente importante à auto-representação, à construção da imagem individual e às condições de inserção deste consumidor na sociedade, passando a ser parte integrante da busca de identidade individual. Como dito por Harvey (1992: 261) nos anos 90, evidencia-se dentre os cidadãos mais abastados dos Estados Unidos a febre do consumo pelo serviço de consultorias de imagem pessoal: o profissional conhecido por *personal stylist*¹² torna-se mais um modismo, e proliferam-se empresas de tal tipo de consultoria que vão gradativamente assumindo porte razoável.

Ainda que os símbolos de riqueza sempre tenham tido destaque na sociedade burguesa, nunca foram tão mitificados quanto hoje (e tornados objeto de desejo), o que se comprova pelas inumeráveis e crescentes réplicas que não contam com a qualidade mas sim, com o mais importante dos originais: o signo que identifica o fabricante e destina-se à satisfação do consumo da imagem daqueles que não podem custeá-la.

O turbilhão da efemeridade porém, pode provocar necessidades e tendências sentimentais opostas, aumentando a disponibilidade de seguros contra a esperada volatilidade futura. Quanto maior a incerteza, maior a necessidade de se descobrir alguma verdade eterna que nela possa residir. A busca por raízes históricas, o revivalismo religioso, a reconsideração do relacionamento estável e monogâmico e a retomada da discussão sobre a importância de instituições básicas como a família e a comunidade, refletem a procura por segurança e estabilidade num mundo cambiante (Harvey, 1992).

¹² *Personal stylist* (ou *wardrobe consultant*) teria como tradução literal “estilista pessoal”, no entanto o americanismo assim como todas as outras variações de “*personal*” é bastante difundido. A profissão conta hoje com cursos de especialização e pós-graduação, e a média salarial profissional é de 28 dólares/hora. Dentre as firmas do setor nos EUA, destacam-se *Global Image Group* e *Image Builders Unlimited*.

Para Baudrillard (1996), a sociedade norte-americana difundiu um padrão de obsessão em relação à necessidade de um tempo ininterrupto: programação televisiva para as 24 horas do dia, estabelecimentos comerciais com funcionamento 24 horas e luzes inextinguíveis (acesas durante todo o dia e permanecendo assim durante as noites) iluminando escritórios vazios, destacando letreiros, edifícios ou torres; como se não se aceitasse ver o progresso técnico cessar, não dando trégua à potência artificial.

1.4) A Compressão do Espaço

A “aniquilação do espaço por meio do tempo” (Harvey, 1992) compreende o rol de consequências da aceleração do tempo de giro do capital, no que se refere ao desmoronamento das barreiras espaciais. O impulso de realocação para locais mais vantajosos, num movimento geográfico do capital (produtivo ou financeiro) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho acrescentando em seus reflexos sociais, mais um elemento de insegurança.

Os sistemas de comunicação por satélite implantados a partir dos anos 70 e os avanços tecnológicos no campo da informática, contribuem para o desaparecimento do tempo e do espaço como dimensões materializadas e tangíveis da vida social. No entanto, o paradoxo identificado por Harvey (1992) está no fato de que apesar da queda de barreiras espaciais, não se verifica um decréscimo da importância do espaço geográfico¹³. O aumento da competitividade produz no espaço a noção de “vantagens localizacionais”, aumentando a sensibilidade ao que os espaços oferecem. A acumulação flexível explora uma gama de vantagens geográficas e assim, ironicamente, peculiaridades de uma ou outra região passam a ter maior importância. A escolha e mudança entre elas só é possível uma vez que diminuem

¹³ Sobre este paradoxo exposto por Harvey (1992) e sobre a questão das vantagens localizacionais produzidas no espaço, ver Brandão, Carlos Antônio. (2003) *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento*. Campinas: Unicamp/IE, Tese de Livre-Docência. (Especialmente as páginas 22 a 25).

drasticamente as dificuldades de mudança localizacional seja para as corporações, seja para os indivíduos, impelidos a adaptar-se à flexibilização, ao dinamismo e à mudança.

Uma vez que os capitalistas busquem no espaço vantagens competitivas, é possível e provável que as pessoas que dominam politicamente ou economicamente esses espaços os alterem de modo a deixá-los mais atraentes ao capital móvel. Nesse contexto, situa-se o esforço das cidades para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de prosperidade que seja um atrativo tanto para o capital como para as pessoas certas, isto é, os financeiramente abastados.

Ao contrário do que seria esperado, o aumento da competição entre os lugares não leva a formação de espaços mais variegados, mas corrobora com a homogeneidade espacial crescente que produz uma monotonia serial e recursiva, capaz de gerar em diferentes regiões espaços idênticos em termos de padrão urbanístico e arquitetônico. Pensar a sociedade que o sistema está produzindo como tendencialmente plural e multicultural é algo que vai na contramão da evidência histórica, pois a homogeneização do espaço é tão contundente quanto o império econômico mundializado.

Segundo Jacoby (2001: 72),

“Qualquer reflexão séria sobre o pluralismo cultural deve pelo menos levar em consideração as implacáveis forças da homogeneização cultural e perguntar: Como pode haver pluralismo na uniformidade? Quais as possibilidades da existência de múltiplas culturas numa sociedade de consumo única? Perguntar já em parte responder, pois é possível que a diversidade cultural e a homogeneidade social estejam relacionadas de maneira inversa. A proposta de uma identidade cultural pode surgir precisamente da necessidade de reagir a sua falência”.

O paradoxo existente entre a queda das barreiras espaciais e o aumento da sensibilidade do capital às particularidades dentro de determinados espaços, promove um estímulo para que os lugares se diferenciem com a única finalidade de atrair o capital, o que ameaça a sobrevivência de lugares dotados de especificidades não economicamente atrativas. O cosmopolitismo é uma das mais difundidas formas de tornar lugares atraentes ao capital e torna possível vivenciar a geografia do mundo através de diferentes simulacros. Entrelaçados, os simulacros reúnem num mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos e culturas, tendo como implicação geral a

possibilidade de experimentação de hábitos culinários, música, roupas e outros objetos de consumo (programas de televisão, espetáculos e cinema) provenientes das mais diversas culturas num mesmo lugar.

Baudrillard (1996), a partir de uma espécie de diário de viagem aos Estados Unidos intitulado “América”, descreve uma nação cuja realidade é projetada numa tela gigantesca, em que a criação de ambientes-fantasia não se contenta com o cinema mas, promove também a decoração de vários ambientes, desde restaurantes e lojas típicas a castelos medievais, que contam ainda com indivíduos literalmente fantasiados de acordo com a atmosfera fictícia a ser criada.

“No fundo, os Estados Unidos, com todo o seu espaço, seu refinamento tecnológico, sua boa consciência brutal, inclusive nos espaços que eles abrem para a simulação, constituem a única sociedade primitiva atual.(...) Há uma espécie de milagre na insipidez dos paraísos artificiais, contanto que atinjam a grandeza de toda uma (in)cultura.” (Baudrillard, 1996:12)

Para Messadié (1989: 84), “estranhamente, quase com orgulho, a América sustenta a mística do efêmero, como se ela temesse, ao renunciar a ele, perder parte de sua juventude”.

Baudrillard (1996), descreve um país obstinado em reconstituir o passado, diferentemente da preocupação europeia em preservar a memória histórica em livros, documentos ou museus, a sociedade norte-americana buscaria revivê-la em simulacros¹⁴, seja na cinematografia épica ou na reconstituição dos pseudo-ambientes. Segundo o autor, ainda que a realidade tenha precedido sua projeção cinematográfica, neste país parece verificar-se o inverso, uma vez que busca-se moldar a realidade de maneira a sempre aproximá-la da pseudo-realidade constituída no cinema, no inautêntico.

“Se se considerar que todo o Ocidente se hipostasia na América, a América na Califórnia e esta na MGM e Disneylândia, então é aqui que está o microcosmo do Ocidente. (...) A era faustosa da imagem e dos astros e estrelas está reduzida a alguns

¹⁴ Para Messadié (1989: 81) um bom exemplo da meticulosidade para a construção de símiles dos norte-americanos pode ser visto em um detalhe revelador: nenhum outro país possui tantos museus de cera.

efeitos de ciclones e terremotos artificiais, de falsas arquiteturas e trucagens infantis com que multidões fingem deixar-se empolgar para não sofrer uma decepção amarga demais” (Baudrillard, 1996: 49).

A importância da identidade locacional reside no fato de que cada indivíduo ocupa um espaço de ação (um corpo, um quarto, uma casa, uma comunidade, uma nação...) que são inegáveis influências à sua própria identidade. Sendo assim, é de suma importância a construção qualitativa do lugar e seus significados. Mas, a rapidez com que verificam-se os fenômenos descritos, dada a transição do fordismo para a acumulação flexível, não implica uma transformação dos “mapas mentais” e sistemas de valores na mesma velocidade. Estes últimos não passam necessariamente por transformações tão aceleradas e estão constantemente sujeitos a pressões contraditórias, ainda que diariamente vivenciem um vasto fluxo de imagens efêmeras.

1.5) A Cultura do Consumo

“Cada vez mais estritamente, as malhas do todo são tecidas segundo o modelo do ato de troca. Isto deixa cada vez menos espaço de discordância para a consciência singular, sempre conformando-a previamente de maneira mais fundamental, eliminando para ela a priori, como que a possibilidade da diferença. Assim, a possibilidade mesmo para a nuance vai paulatinamente se degenerando na unicidade da oferta”.

T. Adorno

O escoamento da produção capitalista e a garantia de sua lucratividade precisam provocar nos indivíduos um comportamento e desejo de consumo excessivo e intemperante, por meio do estímulo ao apetite imaginário. Este processo se dá ao ponto de as necessidades serem

substituídas por vontades, impulsos ou caprichos e assim enquanto a indústria condena os trabalhadores à realização de tarefas que insultam suas inteligências, a cultura do consumo termina por encher suas mentes com visões de objetos e experiências que estão além de suas posses, contribuindo para uma ainda maior desvalorização da rotina de trabalho. Nas palavras de Lasch (1983: 102), “o moderno fabricante tem de *educar* as massas na cultura do consumo. A produção maciça de mercadorias em abundância sempre crescente exige um mercado maciço para absorvê-las” (grifo do autor).

A satisfação das necessidades nesse sistema é interrompida pela necessidade de atender a pseudo-necessidades. Para tanto é necessário atentar o consumidor para a “imprescindibilidade” da posse do objeto, papel este, eficazmente exercido pela mídia.

A publicidade destrói assim qualquer vestígio da produção em suas imagens, levando o consumidor a uma associação ilusória entre o consumo e a sensação de realização. Em alguns casos a publicidade usa detalhes corretos para elaborar uma percepção enganosa do todo e em geral, ela não só cria uma imagem fictícia do produto como também cria o próprio consumidor, um indivíduo permanentemente entediado, intranquilo e insatisfeito. Essa “filosofia da futilidade” evidencia uma fadiga permanente, exacerba uma nova forma de infelicidade que gera insegurança pessoal e ansiedade pelo *status*, pois ela raramente usa argumentos objetivos e frequentemente apelos emocionais.

A massificação do consumo estendeu hábitos aristocráticos às massas, disseminando e individualizando vorazmente seus produtos: cada qual com seu telefone, seu celular, seu automóvel, seu aparelho de som, seu microcomputador, etc. Também o entretenimento, o lazer, a produção cultural e o erotismo encontram-se no âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias, o que faz com que muitos acusem a pós-modernidade de ser uma simples rendição às forças do mercado.

Em relação à produção artística, Harvey (1992) diz ter sido esta tomada pelos interesses corporativos que acabaram por tornar-se sua principal fonte de patrocínio, um fenômeno novo não em sua existência, mas na dimensão de seu alcance¹⁵. A partir dos anos 60, quando a produção cultural do capitalismo avançado teria evidenciado-se como integrada à lógica de produção de mercadorias em geral, o autor diz ter sido a publicidade proclamada como “arte

¹⁵ O autor (Harvey, 1992) cita como exemplo a “cultura de museus” e diz que na Inglaterra um novo museu é aberto a cada três semanas.

oficial do capitalismo”, sendo esta funcional às crescentes necessidades de experimentação e inovação estéticas.

Mas, segundo Costa (2004), se o consumismo não pode ser atribuído a um distúrbio mental tampouco pode-se atribuí-lo à publicidade isoladamente (as drogas ilícitas por exemplo não nos foram apresentadas por meio desta) sendo preciso relacionar a aceleração do consumo à aceleração da produção. O ritmo de produção das mercadorias nos leva a descartá-las após um breve uso. O autor indaga então o porquê da maior sedução pelo consumo na atualidade, uma vez que a “moda” existe desde o advento do capitalismo industrial. A resposta para essa questão estaria na busca individual pelo “perfil do vencedor”, criação midiática concomitante ao acirramento da competição inter-individual por empregos inseguros¹⁶. A moda combinaria uma atração pela diferenciação e pela mudança com o conforto dado pela similaridade e conformidade. Costa (2004: 84) diz que “os mais poderosos e influentes, pela persuasão ou dissuasão, terminam por impor a quase todos seus ideais de sucesso econômico, apreço social e satisfação psicológico-moral”.

O autor afirma que “a posse de mercadorias permitiu ao indivíduo preservar a necessidade psicológica de estabilidade sem renunciar à elasticidade pessoal exigida pelo mundo dos negócios” (Costa, 2004: 80) uma vez que os objetos podem ser ao mesmo tempo o que temos de mais estável e mais mutável. Estáveis porque são transportáveis e mutáveis uma vez que podem ser facilmente substituídos.

O consumo associa-se a uma sensação de prazer e segue a mesma lógica da exacerbação do prazer sensorial: a substituição constante é necessária para que não se enfraqueça a intensidade do estímulo e se elimine o gozo. O problema é que este ideal promete algo que não pode cumprir: uma sublimação enquanto satisfação psíquica do indivíduo. Esta é uma cultura imediatista que segundo Costa (2004), traz o descompromisso consigo, com o outro e com o dever de todos. O sujeito, para escapar da efemeridade do prazer passa a depender cada vez mais da constância e da diversidade dos estímulos e objetos. O valor conferido às sensações

¹⁶ Sobre esta questão ver Sennett, Richard. (1999) *A corrosão do caráter*. São Paulo: Record. Segundo o autor, o “vencedor” deve ser maleável, criativo, afirmativo, superficial e indiferente a projetos de vida duradouros, não devendo constituir elos sólidos a fim de ganhar mobilidade num mundo volátil. Sennett define esta nova identidade como o “indivíduo desenraizado”. Para Lasch (1983), além disto, o trabalhador conscientemente ou não tem o trabalho não como um fim enobrecedor em si como dantes, mas um meio para possibilitar o consumo.

físicas encontra-se enormemente inflacionado e constitui-se um ponto de apoio privilegiado às sensações de bem-estar ou felicidade.

A posse do objeto ou a presença do estímulo físico assumem importância tal que qualquer percepção a respeito de sua ausência ou de sua ineficiência sublimativa relacionam-se fortemente às psicopatologias atuais mais frequentes e levam rapidamente ao aparecimento de seus sintomas: estresse físico e mental, insônia, depressões mitigadas, fobias sociais, hipocondríase e transtornos de imagem corporal, dentre outros. A falsa promessa do consumo de preencher um doloroso vazio disseminada pela publicidade é capaz de segundo Lasch (1983), institucionalizar a inveja e a ansiedade.

1.6) A Pseudo-Realidade do Indivíduo e Suas Relações Sócio-Familiares

Para Lasch (1983), a ilusão de realidade criada pela “sociedade do consumo” gera não uma ilusão exacerbada do real, mas ao contrário, uma notável indiferença pela realidade. Indiferença esta, que engloba até mesmo a mecânica da ilusão, da criação do artifício e reafirma a incapacidade do interesse do indivíduo de voltar-se para além de seu próprio “eu”.

“Para o eu atuante, a única realidade é a identidade que ele pode construir a partir de materiais fornecidos pela publicidade e pela cultura de massas, temas de filmes e ficções populares, e fragmentos tirados de vasto espectro das tradições culturais, todos eles contemporâneos à mente contemporânea. De modo a polir e aperfeiçoar o papel que escolheu para si, o novo Narciso olha para seu próprio reflexo, não tanto por admiração, mas por uma incessante procura de imperfeições, sinais de fadiga, decadência” (Lasch, 1983: 123).

A indústria publicitária certamente encoraja essa excessiva preocupação com as aparências, incitando a busca por qualquer característica que possa prejudicar a imagem que o

indivíduo deseja projetar, numa clara aceitação da aparência externa enquanto expressão do homem interior. Assim, o medo de mostrar-se inadvertidamente alguém do que pretende-se parecer, é grande fonte de insegurança e acaba participando do recente impulso dado ao mercado de consultorias pessoais, que impedem avidamente a desatenção para com os mais minuciosos detalhes. De fato, como chama a atenção Lasch (1983), a própria exacerbação da atenção para o detalhe oblitera a noção de detalhe, e ainda que consiga ampliar a satisfação estética, acaba-se gerando novas formas de incômodo e ansiedade pela perda da espontaneidade. A incapacidade do indivíduo de exprimir suas emoções sem calcular tal efeito sobre os outros pode mesmo insuflar dúvidas sobre sua autenticidade.

Já a segurança que pode nos ser ofertada pela visão daquilo que se pretende ser perante o espelho, mostra-se extremamente fugaz. Cada novo confronto com o espelho traz novos riscos, tanto pela temida inadequação corpórea quanto pela comum deturpação da imagem refletida. Essas ansiedades são aprofundadas em nível patológico, mas, encontram-se bastantes disseminadas em suas formas mais brandas. A disparidade entre o romance e a realidade ou entre o mundo das celebridades e o mundo do trabalho diário dificultam a restauração do significado da vida cotidiana.

A Universidade de Michigan¹⁷ em pesquisa sobre a situação psíquica de universitários nos Estados Unidos, afirmou que 15% dos estudantes sofrem de ansiedade com manifestações consideradas clínicas e 40% das mulheres inseridas neste universo sofrem ou já sofreram de bulimia ou anorexia em suas formas subclínicas.

Os problemas detectados entre os jovens encontram-se também no âmbito de suas relações familiares. Os meios de comunicação de massa acabaram por assumir muitas das funções dantes desempenhadas pelo núcleo familiar, desde a ocupação do tempo de lazer a ensinamentos sobre trabalhos manuais, atividades domésticas, instruções sobre moralidade e ética e educação sexual (ainda que esta última fosse majoritariamente dantes assumida pela escola ou simplesmente negligenciada). Assim como o obstetra encarrega-se do nascimento da criança, o pediatra de sua saúde, o professor de sua educação e o terapeuta de seu desenvolvimento psíquico, nos dias atuais, a televisão parece também encarregada de orientar o

¹⁷ A pesquisa foi realizada pelo núcleo *Depression Center* pertencente à escola de medicina da Universidade de Michigan, EUA. Os dados são de 1996 e foram apresentados na terceira conferência anual "*Depression on College Campuses*" (www.med.umich.edu/depression).

desenvolvimento mental e social das crianças. Segundo os dados da A.C. Nielsen Co.¹⁸, um americano médio assiste a mais de 4 horas diárias de televisão (o que significaria 9 anos em frente à televisão para um indivíduo de 65 anos) e 66% deles realizam suas refeições diante dela. A pesquisa diz ainda que 99% dos lares possuem ao menos um aparelho de TV e 66% deles possuem mais de três (a média é de 2.4 aparelhos por lar). A média de horas de TV ligada por casa é de 6 horas e 47 minutos, 56% da população paga pela TV a cabo e enquanto 6 milhões de filmes são locados diariamente por todo o país, apenas a metade deste número corresponde aos empréstimos diários feitos pelas bibliotecas públicas. Em relação às crianças, 70% das creches colocam-nas diante da TV em dias de atividades típicas, 54% das crianças entre 4 e 6 anos de idade preferem ver TV a passar o mesmo tempo realizando qualquer atividade com os pais, e os jovens, passam em média 900 horas anuais na escola enquanto despendem 1500 horas anuais vendo TV. A televisão deve ser vista no contexto da promoção de uma cultura do consumo, consumo de bens e de imagens. Causa-nos pouca surpresa que na era da TV em massa venha à tona um apego antes às superfícies do que às raízes.

A literatura de auto-ajuda também tem sido crescentemente dirigida para educação e criação dos filhos (e conflitos conjugais)¹⁹ e em geral aconselha os pais a respeitar a “independência emocional da criança”. Para Lasch (1983: 201), “a popularização da educação progressista e das versões aviltadas da teoria freudiana suscitaram uma reação em favor da ‘permissividade’(...) tudo agora tinha de girar em torno das ‘necessidades’ da criança”. A liberdade dos pais em relação a carga de filhos indesejados promovida pela evolução dos métodos contraceptivos, ficou reduzida na prática à obrigação de fazer com que as crianças se sintam desejadas e amadas em todos os momentos de suas vidas. Os pais parecem sentir-se responsabilizados por todas as faltas de seus filhos e são incapazes de perceber a maior profundidade do problema que os colocou como intermediários de atitudes socioculturais, pois “temerosos de repetir os erros de seus próprios pais, os pais modernos repudiaram as práticas úteis do passado e abraçaram as ‘rotineiras meias-verdades dos especialistas como as leis da vida’” (Lasch, 1983: 203). O jargão da “liberdade emocional”, tida como parâmetro para a

¹⁸ Empresa norte-americana de pesquisas de mercado fundada por Arthur Nielsen em 1923. Os dados são relativos ao ano de 2001 e foram consultados em 29/09/2005 (www.acnielsen.com).

¹⁹ Os livros atualmente mais populares nos Estados Unidos foram editados em português com os nomes : “Criando meninos”, “Criando meninas”, “Por que os homens mentem e as mulheres choram?”, “Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus”, “Criando Filhos Vitoriosos: Quando e Como Promover a Resiliência”. (Folha de São Paulo, 15 de setembro de 2005).

relação familiar, oculta ao mesmo tempo em que reafirma a impotência parental para instruir as crianças sobre o mundo e transferir-lhes preceitos éticos. Incapacidade esta, pretensamente substituída pelo excessivo investimento emocional e financeiro no sucesso dos filhos.

Esta mudança abriu espaço para a interferência de profissionais nos assuntos familiares, auxiliando os pais na instrução moral e desenvolvimento psíquico de seus filhos, ou orientando terapeuticamente as próprias dificuldades do casal. A família, que não mais exerce seu antigo papel, busca a resolução de seus problemas por intermédio de um copioso leque de especialistas: médicos, médicos psiquiatras, enfermeiros, psicanalistas, psicólogos, terapeutas, conselheiros matrimoniais, autoridades religiosas como padres ou pastores, professores particulares, etc.; apoiados pela opinião geral de que os mais bem intencionados pais podem causar danos irreparáveis a seus filhos (Lasch, 1983).

Essa socialização das complicações da criação da criança deixou pouco para os pais transmitirem a ela, e em vez de guiar e orientar os filhos, estes preocupam-se hoje em “acompanhá-los”, dominando sua linguagem, imitando seus modos de vestir e até de se comportar, sempre preocupados em manter uma imagem jovial. Essa mudança torna cada vez mais difícil para os filhos a formação de identificações psicológicas com os pais.

Diante de uma realidade instável e ameaçadora, a família tenta ser um refúgio de segurança em meio à desordem, no entanto, ela lida com sua tensão interna negando sua existência, agarrando-se desesperadamente a uma ilusão de normalidade. A “pseudomutualidade” das ações e sentimentos originam um núcleo pretensamente harmonioso. A tentativa de fazer da família um abrigo ao mundo externo falha na medida em que os padrões através dos quais mede-se seu sucesso e harmonia não são diferentes dos que se impõem aos indivíduos fora dela. Esses padrões foram radicados nas condições sociais criadas pela indústria moderna.

A mãe, em particular aquela que assume papel preponderante na criação dos filhos dada a negligência paterna, muitas vezes satura o filho com suas solitudes. Para Lasch (1983: 212), “uma mãe narcisista esbanja atenções sufocantes, ainda que emocionalmente distantes de seu filho”. Ela é capaz de cuidar detalhadamente de tudo e com tal zelo que mina a capacidade do filho de tomar iniciativas frente aos seus próprios desafios. O enfrentamento de poucas adversidades torna a criança incapaz de adaptar-se às vicissitudes normais que ocorrerão ao longo de sua vida, impedindo-a de superar sua timidez inata e ganhar autoconfiança. Marano

(2005) diz que tamanha assistência aos filhos numa dedicação hiperatenciosa, torna-os avessos ao risco, psicologicamente frágeis e incapazes de se mostrar perseverantes. O acesso permanente aos pais infantiliza o jovem e o conserva num perpétuo estado de dependência. Marano (2005) refere-se ao telefone celular como “cordão umbilical desta dependência” que impede o jovem da tomada de decisões autônomas. Para a autora, a impossibilidade de internalização da imagem paterna só teria permitido a internalização do comando “ligue para o papai ou para a mamãe”. O aparelho móvel corrobora a instantaneidade da ação e da possibilidade de realização imediata do desejo. No entanto, o indivíduo corre o risco de abarcar em suas demandas a exigência da presença de outros indivíduos com a mesma prontidão com que espera a entrega de objetos. Assim, a eficiência das tele-entregas em atendê-lo é esperada também para a reação daqueles a quem solicita. O não-atendimento aos seus desejos ou a simples demora em fazê-lo já é grande fonte de frustração e irritabilidade. Marano (2005: 5) diz que “entre um temperamento nervoso na infância e a persistência da ansiedade posicionam-se duas coisas altamente significativas: os pais”.

Dentro da família viu-se o enfraquecimento da autoridade do pai ou do marido, tanto em relação à mulher quanto aos filhos. Neste fenômeno aparece uma espécie de “suborno”, em que os pais compram os desejos dos filhos de forma a mitigar sua própria fraqueza, uma vez que torna-se mais fácil atender às exigências da criança do que enfrentá-la e confrontar suas verdadeiras necessidades emocionais. Para Lasch (1983), em contraposição a muitos autores que acreditam ser o declínio da autoridade parental refletido como um declínio superegótico na sociedade como um todo, o fracasso dos pais enquanto disciplinadores e a queda das sanções externas em geral, encorajam o desenvolvimento de um superego extremamente punitivo e severo nos filhos. Este superego arcaico “mantém para o ego um padrão exaltado de fama e sucesso e o condena com selvagem ferocidade, quando não preenche esse padrão. Daí as oscilações da auto-estima tão frequentemente associada ao narcisismo patológico²⁰” (Lasch, 1983: 220).

O reforço dos elementos ditatoriais e arcaicos do superego estorva a busca por saídas aceitáveis aos desejos instintivos. “As mudanças sociais que dificultam às crianças interiorizar a autoridade parental, não aboliram o superego, mas simplesmente fortaleceram a aliança entre

²⁰ A discussão sobre o narcisismo a que Lasch (1983) se refere nesta passagem será retomada no capítulo 3 à luz da contribuição de Costa (2003).

este e Tanatos – essa ‘cultura pura do instinto de morte’, como Freud o chamou que dirige contra o ego uma torrente de críticas ferozes, impiedosas” (Lasch, 1983: 220) pois cedo ou tarde, inevitavelmente em algum momento, o indivíduo é levado a confrontar-se com sua mediocridade.

Esse padrão superegóico é reforçado não só pela educação indulgente ou pela permissividade geral, mas também pela publicidade, pela cultura do consumo e do hedonismo. A criação de novas necessidades de consumo gera novas ansiedades e não atenua as antigas. As difundidas imagens de uma realidade-fantasia, geram um fascínio pela celebridade e pelo sucesso, estimulando o homem comum a cultivar gostos extraordinários, numa identificação com o estilo de vida de uma pequena minoria privilegiada. Assim, a publicidade e o consumismo o fazem profundamente infeliz com sua sorte e trazem ao indivíduo a autodegeneração e o autodesprezo.

Lasch (1983) descreve como a perda da autoridade se verifica também nas relações de trabalho. Nos anos 50 e 60, especialistas em administração, ao estudar as dinâmicas dos trabalhos em grupo a fim de remover atritos e ampliar resultados, começaram a difundir os limites da hierarquização explícita. A autoridade se tornou uma forma ultrapassada de controle numa era da “interdependência” (ainda que esta não se interesse por qualquer mudança profunda na estrutura de poder). O trabalhador passa então a ser abordado como “sócio” da empresa, e seus superiores o encorajam a participar de discussões de grupo e comunicar suas necessidades e sugestões, fazendo críticas “construtivas” ao setor de relações humanas. A nova “ciência” administrativa prega a importância da resolução pacífica de desacordos para evitar-se quaisquer tensões. A tentativa dos superiores é assim a de não subordinar seus subalternos, mas sim, trabalhar em clima de cooperação mútua. Assim, as formas hierárquicas de relação trabalhista ocultam-se como “diferentes formas de participação”, abrandando ou eliminando a relação adversa entre superiores e seus subordinados, num movimento de crescente desgaste dos mecanismos de defesa coletiva dos trabalhadores.

O problema central desta sociedade sem autoridade é que ela faz com que suas ordens inferiores não experimentem a opressão como tal mas, ao contrário, acabem por interiorizar uma idéia grandiosa de oportunidades igualmente abertas a todos, juntamente a uma autovisão que exacerba suas possibilidades. “Se o homem em posição inferior ressentir-se dos que estão

acima dele, é só porque suspeita que estes violentam os regulamentos do jogo, como ele próprio gostaria de fazer, se ousasse” (Lasch, 1983: 228) mas, ele é incapaz de contestar o jogo em si.

Nem mesmo a defesa deste sistema ocupa-se em exaltar sua falsa racionalidade num mundo em que a vigente ordem social é posta não só como a única possível, mas também, a única concebível, e onde quem quer que se oponha a ela é demasiado insano, utópico e pouco científico.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE NORTE-AMERICANA

Este capítulo trata do fenômeno da violência nos Estados Unidos. As primeiras considerações visam à definição do objeto de estudo já que o termo violência em si, é demasiado abrangente. Depois de introduzido e delimitado o tema da violência, buscamos traçar um perfil da violência atual nos Estados Unidos comparando este país com outros de renda *per capita* semelhante. Algumas teorias que buscam explicar a existência de piores índices para este país foram também sumariamente apresentadas.

2.1) Violência: Conceito e Tratamento Histórico

Um conceito de violência é de difícil definição uma vez que inexiste uma única percepção do fenômeno e os significados dos diversos atos violentos devem ser interpretados de acordo com as normas e condições dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro. Em sua origem o termo referia-se à ação contrária à ordem da natureza, por isso Aristóteles distinguia o movimento *segundo a natureza* e o movimento *por violência*: o primeiro levaria os elementos ao seu lugar natural, enquanto o segundo os afastaria (Reale, 2001). Apenas posteriormente, o termo passaria a ser atribuído à ação contrária à ordem moral, jurídica ou política, assumindo então dimensão psicológica e simbólica, multiplicando sua variedade para formas mais sutis. Só então passamos a usar uma linguagem mais subjetiva e dizemos que alguém cometeu ou sofreu violência.

Hoje, podemos falar de violências (objetos múltiplos e variados) e não da violência, como objeto singular, reificado ou hipostasiado. Mas, seu caráter polimorfo acrescenta uma dificuldade adicional a sua compreensão. Por exemplo, Chauí (1999: 5), de forma abrangente, extrapolando atos que imputam danos físicos a pessoas ou grupos de pessoas, define violência como:

“(...) 1)tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2)todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3)todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (...)”.

Em Arblaster (1996: 803):

“O termo é potente demais para que [um consenso] seja possível. Não obstante, um entendimento ditado pelo senso comum é, grosso modo, que a violência classifica qualquer agressão contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento. Agressões são consideradas, com frequência, atos de violência”.

Em geral, encontramos que a violência se aproxima da agressividade e do uso da força, cuja origem é normalmente conectada a conflitos de interesses, à frustração e à coação exercidas sobre outrem. Em Laplanche & Pontalis (1999), a agressividade refere-se à ação que vai em prejuízo de outrem no sentido de constrangê-lo, destruí-lo ou humilhá-lo e pode se efetivar em comportamentos reais ou fantasmáticos. Para esses autores, a violência é uma modalidade do comportamento agressivo que se manifesta em sua forma mais explícita, isto é, na ação motora.

Em todas as sociedades, em todas as épocas, existem manifestações da agressividade do homem contra seus semelhantes entendidas em maior ou menor grau, e expressas em diferentes formas simbólicas. O caráter de violência de uma ação mesmo da mais explícita, como por exemplo, o homicídio, depende de sentidos culturalmente atribuídos. Matar em defesa da honra pode ser considerado um ato normal, senão moral, de preservação de valores julgados acima da vida humana. Assim, alguns atos de violência podem ser encobertos ou descortinados, em face do horizonte cultural em que se inserem. Gay (1995) em visão consoante, nos diz que todas as épocas constroem álbis para a agressão, racionalizações para a beligerância e a hostilidade fornecendo argumentos para seu exercício e parâmetros dentro dos quais estas condutas podem fluir.

No plano político das sociedades modernas, a invenção do Estado e suas instituições que atuam em nome da coletividade, teoricamente teriam superado a vingança pessoal e a resolução particular de conflitos, preservando porém, a idéia da “retribuição” ou punição (que pretende que ao mal causado corresponda penalidade equivalente). No entanto, a moderna “retribuição” não é legítima se exercida pela vítima, devendo sim, ser aplicada de acordo com o estabelecimento jurisprudencial do Estado (Zaluar, 1996).

Anteriormente à afirmação do monopólio da violência pelo Estado vemos a violência se manifestar legitimamente em âmbito privado. Elias (1993) descreve a violência manifesta na sociedade feudal e o processo de pacificação desta sociedade com a disseminação de um código de civilidade pela população, substituindo o restrito código cortês cujo alcance era bastante limitado. Segundo o autor, o comportamento cortês característico da nobreza teria ficado reduzido a grupos pequenos e a ocasiões especiais, sendo a regra, o comportamento agressivo e pouco civilizado¹. Os guerreiros medievais cantavam os prazeres da guerra de forma aberta, sem subterfúgios ou constrangimentos: *“Por minha honra, rio do que dizeis, não dou um cetil por vossas ameaças. Cobrirei de vergonha cada cavaleiro que capturar, cortarei seu nariz ou orelhas. Se for mercador ou sargento, perderá um pé ou um braço”* (Canção medieval *apud* Elias, 1993: 215).

Segundo Elias (1993), nos fins da idade média ocorrem avanços bastante diferentes em relação à criação de um sistema jurídico e a representação e afirmação do monarca acabam por estabelecer duas tradições jurídicas diferentes: a da lei comum (Inglaterra) que evoluiu desde o século XII, e a da lei civil (França) inaugurada a partir da revolução francesa em substituição ao sistema inquisitorial². Este sistema então praticado pela igreja católica tem como objetivo principal conseguir a confissão do acusado, e no referido período não havendo preocupação com a obtenção de provas e evidências eram frequentes as torturas e condenações capitais.

As possibilidades de negociação e o avanço dos sistemas judiciais são fatores importantes para a prevenção da violência. Esse avanço acompanha a formação dos estados nacionais³. As

¹ “(...) [o feudalismo europeu] nada mais era do que uma forma de gangsterismo (...) que adquiriu respeitabilidade através das noções de cavalaria.” Moore (1966), *apud*: Zaluar (1996).

² No Brasil hoje vigora o sistema da lei civil na administração da justiça e o sistema inquisitorial junto à polícia (Zaluar, 1996).

³ Esse processo lento e gradual ocorre com particularidades nas diferentes nações européias. Para uma visão mais aprofundada do processo ver Elias (1993).

transformações econômicas e políticas impuseram mudanças na organização social e consequentemente também no sistema jurídico.

Segundo Zaluar (1996), o consolidado estado moderno exerce o que chamamos monopólio da violência legítima em que adquire a capacidade de impor uma decisão judicial (pois, através do seu poder está a ameaça do uso da força para fazê-la cumprir). A penalização para quase todos os delitos tornou-se a privação da liberdade que é uma forma de pagamento não à vítima, mas à sociedade como um todo, representada na instituição estatal. Ainda que o poder da prática da justiça esteja concentrado nas mãos do Estado, a moralidade e o senso de justiça, no entanto, devem corresponder aos anseios da população. A própria idéia de república (em Houaiss (2001), “forma de governo na qual o povo é soberano, governando o Estado por meio de representantes investidos nas suas funções em poderes distintos”) exige a diferenciação entre interesses públicos e interesses particulares. Para Zaluar (1996: 23), “o Estado assume assim uma dupla face, de um lado o estado democrático, instância da lei e da justiça; e de outro o estado burocrático, instância do controle e do poder policial. Quando o uso de seu poder acumulado em qualquer órgão estatal é excessivo, injusto ou arbitrário, chama-se a isso violência institucional”.

Elias (1993) sustenta que graças à ascensão do Estado centralizador e sua tentativa de monopolizar a violência, os homens ocidentais teriam tornado-se cada vez mais autocontrolados, num longo processo que vai do século XII ao século XX. Segundo o autor, nos países europeus a taxa de homicídio apresentou queda vertiginosa, porém lenta desde os fins da Idade Média e especialmente a partir do século XIX quando os duelos foram proibidos por lei e deixam de ser a forma usual de resolução de conflitos⁴. Na Inglaterra do século XVIII, o código penal, apelidado de “Código Sangrento” estabelecia 64 razões para condenação à pena de morte, que iam desde homicídios a pequenos furtos, o que segundo alguns autores, estimulava os ladrões a matarem as vítimas para que não existissem testemunhas do furto, dado que a pena para o furto ou homicídio seria a mesma: a pena capital (Zaluar, 1996). A extrema severidade do código o fez irracional e ineficaz. Já na Inglaterra de hoje, não mais existe a pena capital (nem mesmo para os casos de homicídio). De acordo com os dados de Pinheiro (1991), enquanto no ano de 1991 não houve nenhuma vítima fatal da ação policial em toda a Inglaterra,

⁴ Segundo Elias (1993), esse processo de desarmamento da população civil não foi bem-sucedido na Alemanha, onde os duelos continuaram a fazer parte dos hábitos masculinos por muito mais tempo.

somente na cidade de Nova Iorque registraram-se 83⁵. Esses dados, no entanto, refletem uma civilidade moderna que nem sempre existiu.

Para Elias (1993), as lutas e os conflitos tomaram dimensão mais simbólica no que o autor denomina “equilíbrio de tensões”, contexto no qual se insere a institucionalização de disputas (como por exemplo a competição esportiva). Os jogos e esportes instituídos, por outro lado, só teriam sido bem sucedidos por preservar o *agon* dos antigos gregos e romanos, que enaltecia o espírito do vencedor em detrimento do competidor derrotado. Para Elias (1993), o processo civilizador no entanto, seria sempre passível de retrocesso na medida em que comporta um conflito entre o etos guerreiro e o autocontrole, virtude da sociedade domesticada.

Mas, para Burke (2002: 35), o problema em se testar a hipótese de Elias é a impossibilidade de se calcular com um mínimo de precisão a taxa de violência na Europa medieval.

“Para uma história serial da violência, devemos dispor de uma série de documentos suficientemente homogêneos para permitir uma análise estatística. Tendo em vista as fontes disponíveis para esse período, o máximo que se pode fazer do modo quantitativo é estudar a ascensão e queda de um tipo de violência, como homicídio ou estupro, tal como ficaram registradas nos arquivos judiciais de uma cidade durante um ou dois séculos”.

Não é consensual entre os autores que tratam a violência numa perspectiva histórica, afirmar se de fato a sociedade atual é mais ou menos violenta que as sociedades antigas. Relativamente aos nossos dias, a indagação de historiadores e cientistas sociais é se a violência é um traço que diferencia nosso tempo, particularizando-o em relação a outros, ditando modos de ser e conviver específicos (Odália, 1983). Não nos interessa aqui discutir se a violência atual é quantitativamente maior em nossa sociedade do que foi há séculos atrás. Certamente, as mais diferentes culturas suscitaram a questão de como conservar a violência em limites compatíveis com a ordem social pois, ultrapassado certo limite sua existência pode por em perigo a manutenção e reprodução do social. Acreditamos porém, que todas as sociedades humanas sustentaram em conformidade com a época e circunstâncias, modalidades de violência

⁵ Para o mesmo período no Brasil, registrou-se só no município de São Paulo 1.074 vítimas da ação policial (Zaluar, 1996), mas não pretendemos comparar países tão diferentes.

consagradas em lei ou banidas e depreciadas de acordo com as qualificações e desqualificações atribuídas aos hábitos sociais prevalentes.

A teoria psicanalítica quando trata da violência, em geral remete-se aos estudos de Freud “Totem e Tabu” e “Para Além do Princípio do Prazer” que certamente não esgotam o tratamento do autor sobre o tema mas, trazem suas contribuições principais. Procuraremos no entanto, usar a psicanálise como elemento complementar uma vez que grande número de autores parecem tratar a violência como um fenômeno natural do psiquismo (“pulsão de morte”⁶), fazendo constantes correlações com os estudos freudianos sobre o tabu do incesto e o mito do parricídio primordial⁷.

Em “Totem e Tabu” (Freud, 1998) escrito em 1913, a concepção freudiana sobre os primórdios da civilização carrega a idéia da violência como ação associada à culpa. Freud explicita a circunstância do nascimento da cultura através de eventos mitológicos. Este nascimento teria ocorrido quando os filhos na sociedade primitiva se reuniram para derrubar o pai todo-poderoso e detentor dos privilégios sexuais de todas as mulheres da horda. O patriarca foi então assassinado pelos filhos e a partir deste momento tornou-se mais poderoso na morte que em vida, pois o pai era tanto odiado quanto amado. O remorso e a culpa que se seguiram acabaram por condenar os filhos a uma prisão mental que os fez negar os próprios impulsos sexuais. O superego como essa prisão que vigia e pune, mostrou-se mais eficiente que o pai externo, prescindindo dele. Desde então, os homens dedicam-se a um trabalho de negação dos desejos de incesto e parricídio, criando instituições sociais que os contenham. Assim, para Freud, o superego é o pai da civilização, idéia retomada em 1929, quando escreve “Mal-Estar na Civilização” (Freud, 1997). Na determinação da vida humana, o indivíduo deve renunciar ao prazer em favor de sua existência como sujeito e grupo. Porém ao fazê-lo, a renúncia desponta como um crime que não cometeu, mas cometeria se fosse possível, ficando disto uma insatisfação perene e um sentimento de culpa. A violência assume em Freud uma dupla face de processo simultaneamente destruidor e fundador da ordem social.

⁶ A noção de pulsão de morte fica explícita pela primeira vez nos trabalhos de Freud em 1920, quando escreve “Para Além do Princípio do Prazer”. Para Freud, a pulsão de morte estaria no primeiro plano da vida psíquica e imputaria aos indivíduos uma tendência à destruição do sujeito e do objeto. Em última instância, ela incorpora o ódio, o sadismo e a agressividade.

⁷ Mais tarde, quando escreve “Por que a Guerra?” (1933) em correspondência pessoal com Einstein, Freud fala sobre a violência de forma ambígua tratando-a num primeiro momento como impulso à destruição, e num segundo momento como “conflito de interesses”.

Freud considera a agressividade como uma das duas maiores forças reguladoras da vida mental, sendo a outra, a sexualidade. A pulsão agressiva ou de destruição é compreendida como desejo de retorno ao inanimado. Equilibrando a pulsão de morte, se encontra a pulsão de vida ou Eros, cujo objetivo é constituir ligações libidinosas entre os elementos. Isto significa que para desenvolver-se como ser social, o indivíduo deve renunciar grande parte de sua agressividade. A civilização para Freud, foi construída com base numa longa evolução que resultou na capacidade de contenção dos desejos libidinosos e agressivos. Na história individual, este momento seria dado pela superação do complexo de Édipo com sua exigência de renúncia pulsional (Freud, 1998-A).

Muitos psicanalistas freudianos seguem esta interpretação à risca, considerando que todos os homens guardam impulsos primitivos “maus”, agressivos e destrutivos, podendo explicitar tais instintos sempre que más condições de vida romperem o delicado equilíbrio atingido.

Mas, seguindo os passos de Costa (2003: 21), concordamos que “sendo um fenômeno da cultura e não da natureza, não se pode atribuir ao psiquismo um hipotético rumo natural, independente desta cultura”, o que não nos contrapõe à visão de Freud de que o próprio processo civilizatório de formação da cultura é um processo violento (Freud, 1997). Ainda que a civilização atue violentamente sobre os indivíduos criando normas de atuação repressoras das pulsões psíquicas, as manifestações de violência individuais ou coletivas relacionam-se mais com o ambiente em que se inserem e menos com a “natureza humana agressiva”. O enfoque simplista que fala de um “instinto de violência” pode até mesmo ser estimulador da mesma, pois acaba lhe conferindo o aval científico de condição própria da natureza. Sobre esta questão, Marchon (2003: 46) nos dá um bom exemplo: se podemos comprovar através dos fatos que as mulheres cometem menos crimes e exibem comportamentos menos violentos que os homens, dizer que a violência provém de um instinto humano implica dizer que as mulheres talvez não sejam muito humanas.

Podemos falar hoje da violência contra a pessoa, contra o patrimônio, violência no trabalho, no trânsito, nos esportes, violência da escola, da cultura, das discriminações, violência policial, etc., prossequindo uma listagem que certamente nos levaria a concluir que o fenômeno está em todas as esferas da vida dos indivíduos. Porém, buscamos aqui uma aproximação em relação à intuição corrente que temos da violência, dispensando uma noção dilatada do fenômeno que certamente exigiria uma abordagem mais complexa.

Portanto, tratemos a violência dentro do escopo deste trabalho como toda ação (motora ou não), praticada por indivíduos ou grupos (não-institucional) e que atente contra outrem em prejuízo de seu corpo, seu patrimônio ou sua própria vida. A fim de circunscrever nosso campo de estudo, utilizaremos a definição de Moscona (2000), que para nosso propósito demarca de forma clara e sucinta o fenômeno da violência. Para a autora, trata-se de um exercício absoluto do poder de um ou mais sujeitos sobre um ou outros, que é ou são colocados no lugar do desconhecimento, ou seja, não são reconhecidos como sujeitos de desejo e ficam reduzidos em forma extrema, a um puro objeto. Podemos falar, portanto, de uma ação que leva à coisificação do sujeito humano, fazendo com que o ser perca visibilidade enquanto sujeito igual em direitos e demarcado por suas singulares diferenças.

2.2) O Perfil da Violência nos Estados Unidos

A violência sempre existente adquire na contemporaneidade o aspecto da invisibilidade do que é natural ou habitual, e a naturalidade do tratamento da questão, explicita-se na generalização dos mecanismos que asseguram a segurança privada: muros altos, alarmes, câmeras, cães de guarda, seguranças, rondantes e vigias, porte de armas de fogo, veículos blindados e um sem-número de outros mecanismos, atitudes e comportamentos desenvolvidos e divulgados com uma preocupação crescente com a segurança do indivíduo, de sua família e de sua propriedade. É verdade que muitas vezes a generalização deste aparato confunde-se com o impulso dado pelo setor econômico crescente (aquele que vende a segurança privatizada) que obviamente beneficia-se com o temor real ou imaginário.

Ainda que a privatização da segurança não seja tão generalizada no interior dos Estados Unidos ou nas pequenas e médias cidades norte-americanas (ou até mesmo nos subúrbios residenciais das grandes cidades), o não efetivo monopólio estatal da violência legítima que assegura a soberania do Estado em proveito de grupos ou indivíduos armados, pode ser visto como um dos pilares mais defendidos (ainda que bastante controverso) da organização social do

país. O comércio interno de armas nos Estados Unidos é o único não regulamentado e escapa aos controles do Estado e dos consumidores (obedece a legislações estaduais bastante diferenciadas). A segunda emenda constitucional⁸ aprovada em 1791 garante o porte de arma individual explicitamente na passagem: *"Pelo fato de uma Milícia bem regulamentada ser necessária à segurança de um Estado livre, não se infringirá o direito das pessoas de ter e de portar armas"*⁹.

Para Elias (1993) a penetração da violência nas subjetividades tende a ser mais profunda nos Estados nacionais em que o monopólio legítimo e exclusivo da violência pelo Estado não esteja assegurado de fato, como segundo a interpretação de muitos autores ocorre nos Estados Unidos, país onde está garantida a continuidade do direito de portar e negociar armas em virtude dos hábitos adquiridos na conquista do território pelos povos pioneiros. Estima-se que existam cerca de 192 milhões de armas de fogo em posse particular nos Estados Unidos¹⁰, e segundo Zaluar (1998), este país detém 43% do mercado de armas do mundo.

Segundo Duffy & Gillig (2000), nos Estados Unidos as taxas de homicídio mais altas do final do século XIX e começo do século XX decorriam principalmente da violenta rivalidade entre as gangues existentes nos guetos de várias cidades (em especial no norte do país)¹¹. Estas respaldavam-se na lógica de orgulho associado ao bairro ou ao líder, criando mitos de distinção social dentro de grupos tanto socialmente quanto racialmente relativamente homogêneos. A organização vicinal baseada na gangue foi inventada por quase todas as etnias imigrantes existentes no país. Segundo Zaluar (1996) além de contar com um componente sociológico ligado à necessidade de inserção social e ao orgulho criado em torno de fantasias de identificação, as gangues estavam também inegavelmente associadas à busca da ascensão financeira que poderia se dar via enriquecimento em negócios ilícitos (drogas, álcool durante os anos de proibição, jogo, contrabando, lutas, prostituição ou lavagem de dinheiro).

⁸ A Constituição de 1787 é a primeira e mais antiga lei fundamental atualmente em vigor nos EUA.

⁹ Livre tradução de: *"A well-regulated Militia being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear arms, shall not be infringed"* em Jordan, T. (1998): *"The US Constitution and fascinating facts about it."* Napperville, IL: Oak Hill Publishing Company.

¹⁰ Cook, P J & Ludwig, J. (1996) *"Guns in America: Results of a comprehensive national survey on firearms ownership and use."* Washington DC: Police Foundation.

¹¹ A rivalidade das gangues do norte em meados do séc. XIX é retratada pelo diretor Martin Scorsese no filme *"Gangues de Nova Iorque"* EUA, 2002.

Já em meados do século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial, o país teria vivido um período relativamente tranquilo no que se refere aos índices de violência internos porém, crimes como assalto e homicídio começaram a aumentar rapidamente nos anos 60 (chegando a dobrar os números existentes no caso de homicídios, segundo Zaluvar (1998)). A subida vertiginosa do número de homicídios afetou sobretudo homens jovens entre 15 e 29 anos e não mais se caracterizou como anteriormente por “crimes de sangue”, mas cresceram sim os crimes cometidos em locais públicos por indivíduos que pouco ou nada se conhecem.

Nos anos 60, contraditoriamente à (já tardia) asseguaração dos direitos civis à população negra e à implementação de programas de combate à pobreza, a taxa de homicídios entre os negros atingiu cifras quase 20 vezes mais altas que a taxa entre brancos (Body-Gendrot:1991). Segundo Zaluvar (1998), as gangues com um novo perfil, passaram a disputar entre si parcelas participativas nas redes e nos butins ligados ao tráfico de drogas, agregando novos elementos de disputa às antigas rivalidades associadas ao orgulho e à concepção guerreira da virilidade. A expansão do tráfico de drogas e das gangues associadas a ele se deu sobretudo nos bairros negros e latinos das grandes cidades como Chicago onde dominavam as gangues “*Blackstone Rangers*” e os “*Devil’s Disciples*” ou, Los Angeles com a violenta rivalidade entre “*Crips*” e “*Bloods*” ou Nova Iorque onde destacaram-se “*Rampers*”, “*Savage Skulls*” e “*La Familia*” (Duffy & Gillig, 2000). Todos estes grupos contavam com forte presença da população negra o que caracteriza as gangues dos anos 60, ainda que muitas contassem com imigrantes pobres ou remediados e alguma ligação com organizações criminosas dominadas por imigrantes italianos, constituídas já no começo do século XX (Fry,1973).

Segundo Zaluvar (1998), entre 1970 e 1985 nos Estados Unidos, as taxas de homicídios entre os negros diminuíram progressivamente, ainda que 85% desse tipo de morte tenham sido infligidas por negros a outros negros.

De 1985 a 1988, o número de homicídios voltou a crescer atingindo as taxas de 1970, o que foi associado à generalização do uso de crack verificado no período, especialmente entre a população mais jovem.

Os dados mostram um declínio nas taxas de homicídio a partir da segunda metade da década de 90. Mas, relativamente a outros países desenvolvidos os Estados Unidos apresentam ainda taxas bem mais altas como mostraremos.

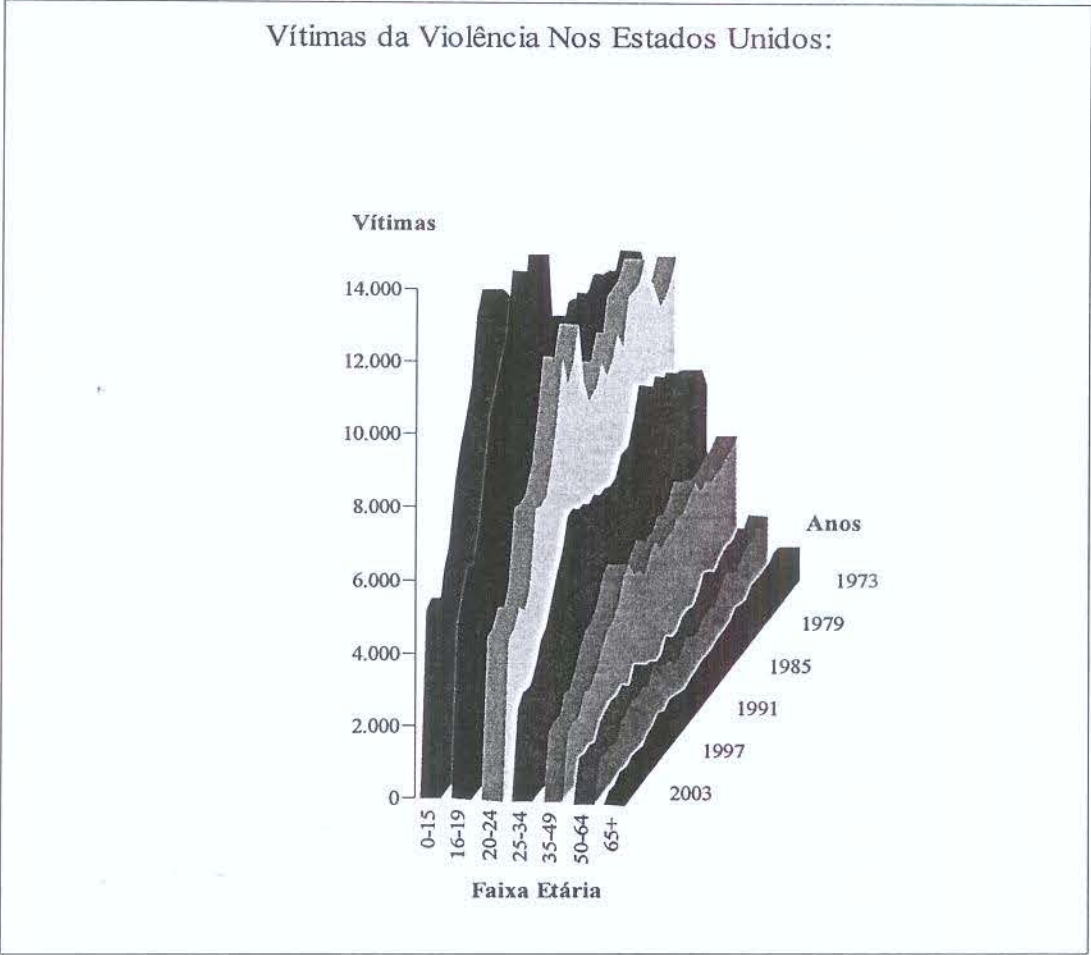
Gráfico 01:



Fonte: *US Bureau of Crime and Justice*.

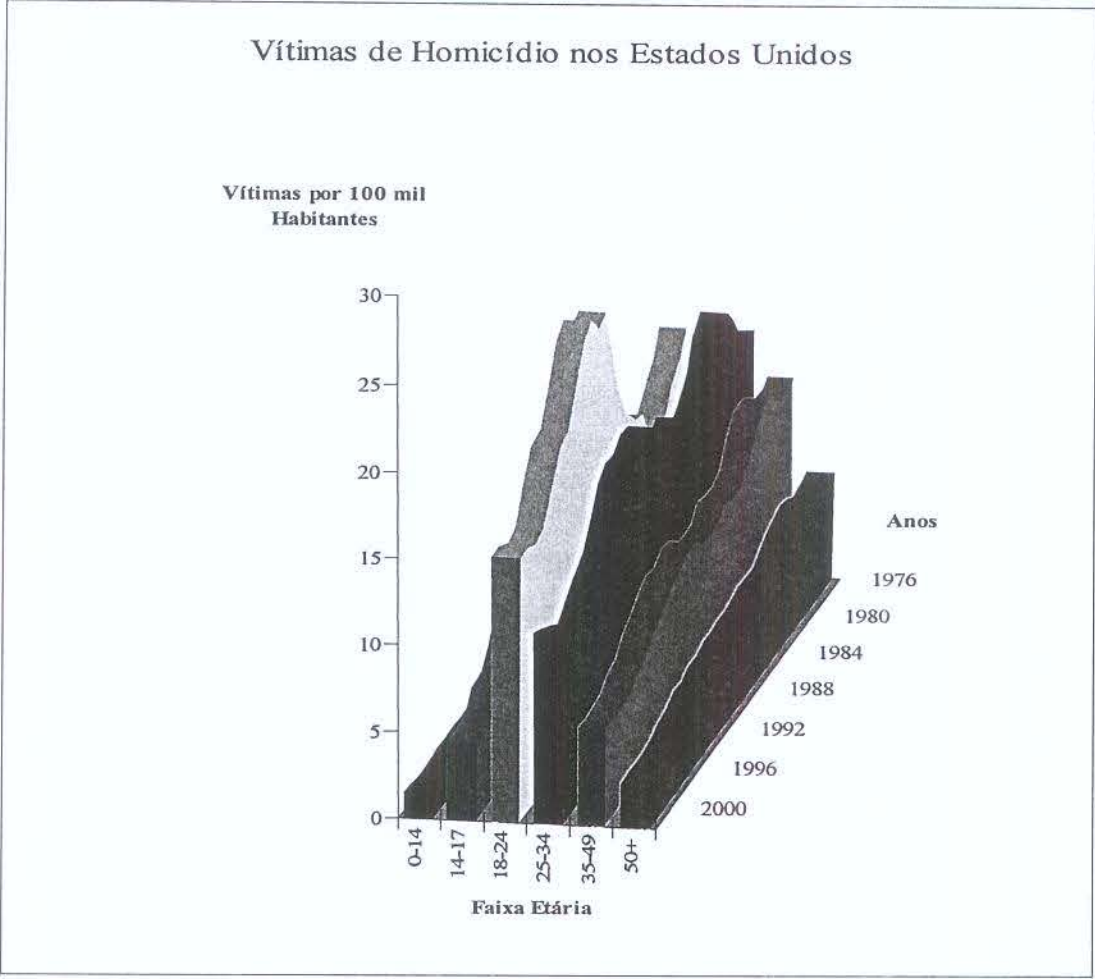
Podemos ver também pelos dados que os jovens são mais afetados pela violência, especialmente os chamados YAMs (abreviatura de *Young Adult Males* ou homens jovens adultos). Para Burke (2002) a presença destes pode ser verificada de forma mais intensa porque os jovens (especialmente os do sexo masculino) têm consciência de sua maior força física, têm menos a perder com responsabilidades familiares ou porque laços em grupos formais ou informais propensos à violência são comuns nesse estágio de vida. Não desprezando a importância dos fatores apontados por Burke (2002), devemos ver que esta hipótese ainda que verdadeira é insuficiente. O que pretendemos demonstrar, especialmente ao longo do terceiro capítulo é que esse grupo etário está particularmente mais exposto à violência com que nos atinge a sociedade capitalista individualista, o que pode ser também impulso para que estejam mais propensos a agir violentamente.

Gráfico 02:



Fonte: US Bureau of Justice and Crime.

Gráfico 03:



Fonte: US Bureau of Justice and Crime.

2.3) O Suicídio

Em relação ao suicídio, vemos que 30.622 pessoas cometeram suicídio nos Estados Unidos em 2001, o que significa 84 pessoas por dia, ou aproximadamente uma pessoa a cada 17,2 minutos (*American Association of Suicidology*). Deste contingente, 3.971 constituía-se de jovens entre 15 e 24 anos de idade. O suicídio é a décima primeira maior causa de morte nos

Estados Unidos, porém, entre os jovens nessa faixa etária é a terceira, vindo depois de acidentes e homicídios (*National Center for Health Statistics*).

Para Cassorla:1987 muitas mortes no trânsito passam por acidentais, mas pelo menos um quarto do acidentes fatais podem ter intenções suicidas conscientes.

Tabela 01: Suicídios nos EUA em 2002:

Todas as Idades			Idosos (+ de 65 anos)		Jovens (15-24 anos)	
Grupo	Total	Em 100 mil Habitantes	Total para Idosos	Em 100 mil habitantes	Total para Jovens	Em 100 mil Habitantes
Todo o país	31.655	11,00	5.548	15,60	4.010	9,90
Homens	25.409	17,90	4.695	31,80	3.432	16,40
Mulheres	6.246	4,30	853	4,10	578	2,90
Caucasianos	28.731	12,20	5.285	16,80	3.406	10,60
Não-Brancos	2.924	5,50	263	6,30	604	7,00
Negros	1.939	5,10	155	5,20	403	6,50
Homens Brancos	24.111	19,90	4.492	34,20	2.919	17,70
Mulheres Brancas	6.744	4,80	793	4,30	487	3,20
Homens Não-Brancos	236	9,20	203	12,30	513	11,80
Mulheres Não-Brancas	564	2,00	60	2,40	91	2,10
Homens Negros	1.633	9,10	134	11,70	351	11,30
Mulheres Negras	306	1,50	21	1,10	52	1,70

Fonte: *American Association of Suicidology*.

Tabela 02: Principais Métodos de Suicídio nos Estados Unidos em 2002:

Métodos de Suicídio	Total	Por 100 mil Habitantes
Todos os Suicídios	31655	11.0
Suicídio por Uso de Arma de Fogo	17108	5.9
Suicídio por Envenenamento	5489	1.9
Suicídio por Asfixia	6462	2.2

Fonte: NCHS (*National Center for Health Statistics*).

Tabela 03: Principais Métodos de Suicídio nos Estados Unidos em 2003, Por Faixa Etária:

Métodos	Jovens (15-24 anos)		Idosos (+ de 65 anos)	
	Total	%do Total	Total	% do Total
Armas de Fogo	2.088	52,1%	4.006	72,2%
Asfixia	1.281	32,0%	558	10,1%
Envenenamento	325	8,1%	575	10,4%
Outros	316	7,9%	409	7,4%

Fonte: *Amerian Association of Suicidology*.

Para a população total, o homicídio é a décima terceira maior causa de morte, ou seja, mais americanos se suicidam do que são assassinados. A maior taxa de suicídio, no entanto, verifica-se para a população acima de 65 anos. Enquanto aproximadamente 10 jovens cometem suicídio diariamente, para faixa etária acima dos 65 anos aproximadamente quinze pessoas o fazem. Ao analisarmos os gêneros, vemos que as mulheres cometem tentativas 3 vezes mais, mas os homens completam o ato em proporção 3 vezes maior. Quanto aos métodos, as armas de fogo são expressivamente o meio mais significativo. Vemos também que a taxa de crescimento entre a população negra de 10 a 14 anos aumentou 180% desde 1980 (*American Association of Suicidology*).

Devemos notar também que as estatísticas sobre o suicídio são falhas e subestimadas. Conta para isso, ocultação por constrangimento (ou sensação de culpa) dos membros familiares e a dificuldade de discriminação de certos atos como intencionais ou não. Segundo Cassorla:1987, para cada suicídio declarado há 2 ou 3 divulgados pelas famílias como acidentes. Apenas com os números conhecidos, a OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que, em termos epidemiológicos, o suicídio é um problema de grandes proporções, afetando sobretudo os países desenvolvidos, e nestes os segmentos mais jovens ou mais idosos da população. O número de suicídio de jovens de 15 a 24 anos duplicou nos últimos 20 anos para todos os países desenvolvidos do ocidente. Países como Finlândia, Hungria, Áustria e Suíça apresentam os maiores índices (OMS, 2004).

2.4) Comparações Internacionais

Dentre a população branca de classe média, a taxa de homicídios nos EUA é cerca de 8 vezes mais alta que a européia (Zaluar, 1998) e os recentes e assustadores casos de crianças e adolescentes que cometem tal crime em pacatas cidades do interior não mais aparecem na mídia como grande novidade e deixam de surpreender, adquirindo o status de certa normalidade ocasional. Para a autora, o etos ou hábito da civilidade parece hoje mais claro nas sociedades européias que nos Estados Unidos.

“Nos Estados Unidos, o processo de individuação e de competição no mercado foi muito mais rápido e disseminado, enquanto por exemplo na França ou nos países escandinavos, o comunitarismo, a solidariedade e a coletividade tiveram peso maior nos arranjos sociais do Estado de bem-estar. Por isso, o crescente individualismo demonstrado pelas organizações juvenis surgidas em países europeus é atribuído por alguns autores, à disseminação do modelo americano de sociedade”
(Zaluar, 1998: 268).

Para dados atuais, ao fazermos comparações internacionais vemos que:

Tabela 04: Taxas Internacionais de Homicídio (2003):

Cidades	Homicídios por 100.000 habitantes
Edimburgo	0,88
Otawa	0,97
Oslo	1,18
Genebra	1,22
Tóquio	1,24
Lisboa	1,28
Sidnei	1,35
Roma	1,36
Dublin	1,48
Madri	1,67
Paris	1,69
Copenhagen	1,81
Budapeste	1,93
Estocolmo	2,00
Berlim	2,20
Londres	2,59
Bruxelas	2,71
Amsterdã	3,24
Praga	3,30
Viena	3,53
Varsóvia	3,84
Belfast	7,47
São Francisco-CA	7,73
Nova Iorque-NY	8,69
Moscou	17,65
Dallas-TX	20,63
Washington-DC	41,78
São Paulo	44,30 *
Rio de Janeiro	38,10 *

Fonte: *Home Office Statistical Bulletin 12/2003* disponíveis em www.crimereduction.gov.uk.

*Dados do Ministério da Justiça do Brasil referentes à taxa média entre 2001 e 2003.

O quadro que sintetiza índices de homicídio para 100.000 habitantes nas principais capitais de países desenvolvidos nos mostra um número absurdamente mais elevado para a capital norte-americana Washington, cerca de 40 vezes maior que o índice para Ottawa (Canadá), por exemplo. Outras grandes cidades norte-americanas também foram colocadas por se destacarem com números igualmente muito elevados.

Comparemos outros dados internacionais de países desenvolvidos em relação aos Estados Unidos. As tabelas mostram informações gerais que os assemelham, ainda que somente o Japão

aproxime-se da renda per capita dos Estados Unidos (país territorialmente e em população significativamente maior).

Tabela 05: Comparações Internacionais:

Países	População total (2004)	PIB per capita nominal em US\$ (2004)	Expectativa de Vida ao Nascer (2003)
Austrália	20.120.000	26.900	80
Alemanha	82.630.656	30.120	78
Bélgica	10.405.000	31.030	78
Canadá	31.902.426	28.390	79
Estados Unidos	293.507.424	41.400	77
França	59.990.540	30.090	79
Japão	127.764.360	37.180	82
Holanda	16.250.000	31.700	78
Itália	57.573.184	26.120	80
Nova Zelândia	4.061.000	20.310	79
Reino Unido	59.405.000	33.940	78

Fonte: Banco Mundial.

Tabela 06: Comparações Internacionais:

Países	% de Crianças de 12 a 23 Meses Vacinadas (2003)	% da População com Acesso à Internet (2003)	Taxa de Mortalidade até 5 Anos de Idade por 1000 habitantes (2002)*	% da População Com Microcomputador (2002)
Austrália	93	53,4	6	56,5
Alemanha	92	43,6	5	43,1
Bélgica	75	32,8	5	24,1
Canadá	95	51,3	7	48,7
Estados Unidos	93	55,1	8	65,9
França	86	31,4	6	34,7
Japão	99	44,9	5	38,2
Holanda	96	50,6	6	46,7
Itália	83	35,2	6	23,1
Nova Zelândia	85	48,4	6	41,4
Reino Unido	80	42,3	7	40,6

Fonte: Banco Mundial

(O percentual de crianças vacinadas corresponde às normas da OMS, de onde provém o dado).

* Para a taxa de mortalidade os dados da Bélgica e Austrália são de 2003.

Tabela 07: Comparações Internacionais:

Países	% de Jovens Matriculados no Primeiro Grau dentro da Faixa Etária Adequada (2002)	% de Jovens Matriculados no Segundo Grau dentro da Faixa Etária Adequada (2002)
Austrália	97	88
Alemanha	83	88
Bélgica	100	97
Canadá	-	-
Estados Unidos	92	88
França	100	94
Japão	100	100
Holanda	99	89
Itália	99	91
Nova Zelândia	98	93
Reino Unido	100	95

Fonte: Banco Mundial

Tabela 08: Atos de Violência Por 100 mil Habitantes (2003) *:

Países	Furtos	Homicídios	Assaltos	Estupro
Austrália	1.455,1	1,7	132,0	-
Alemanha	-	1,1	69,1	-
Bélgica	4.673,1	1,5	-	23,4
Canadá	2.261,4	1,7	88,8	-
Estados Unidos	733,2	5,4	144,1	32,4
França	1.343,9	1,7	223,8	17,4
Japão	-	1,0	5,0	-
Holanda	5.790,8	1,6	129,6	11,1
Itália	-	1,4	115,8	-
Nova Zelândia	1.487,4	2,3	40,8	-
Reino Unido	227,9	1,5	204,3	20,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Home Office Statistical Bulletin 12/2002* (disponíveis em www.crimereduction.gov.uk), *Center for International Crime Prevention* (ONU) e FBI.

*Alguns países não possuem a estatística para 2003 em relação a alguns crimes, para estes usou-se o ano de 2002.

Quando comparamos as estatísticas sobre atos de violência vemos que os números para os Estados Unidos em relação aos crimes mais graves (homicídio e estupro¹²) são significativamente mais elevados. Os crimes supracitados referem-se somente aos registros policiais, ou seja, é bem provável que estejam subestimados pois, segundo o *National Bureau of*

¹² O Reino Unido contabiliza nas estatísticas de estupro tanto a violência contra a mulher quanto contra homens (estupros homossexuais).

Crime and Justice, vemos que nos Estados Unidos estima-se que o número de registros policiais represente menos da metade do número de vítimas.

Tabela 09: Taxa de Atrito para EUA*:

Vitimização Violenta	3.900.000
Registros Policiais	1.900.000
Detenções	779.000
Condenações	143.000
Penas de Prisão	117.000

Fonte: *National Bureau of Crime and Justice*

*Valores arredondados pela fonte.

Ao observarmos os dados sobre a população carcerária vemos que nos Estados Unidos ela também é relativamente maior:

Tabela 10: População Carcerária – Comparações Internacionais:

Países	Taxa de crescimento de 1991 a 2001	Por 100.000 habitantes em 2001
Reino Unido	45%	129
Áustria	5%	87
Bélgica	38%	83
Alemanha	33%	85
Suécia	17%	69
Suíça	13%	71
Austrália	50%	116
Canadá	2%	101
Japão	39%	50
Nova Zelândia	38%	150
Estados Unidos	61%	689

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis em *World Prison Population Brief* (International Centre for Prison Studies, Kings College, Londres) em www.kcl.ac.uk.

Muitos autores vêm buscando comprovar que as prisões são *cost-effective* para a redução da criminalidade, ou seja, sua relação custo-benefício é compensatória. Nessa linha de argumentação podemos destacar os estudos de Levitt (1995)¹³ e Moody & Marvell (1994) que

¹³ Steven Levitt, economista da Universidade de Chicago, ficou especialmente conhecido por um trabalho realizado em que correlaciona a queda na criminalidade em estados dos Estados Unidos à legalização do aborto. Ver: Levitt, Steven D. & Donohue III, John J. (2000) *The Impact of Legalized Abortion on Crime*. NBER Working Papers n. 8004. Cambridge, MA: NBER. Segundo a revista *Veja* de 16 de nov. de 2005, seu *best-seller* “*Freakonomics*” está há 29 semanas na lista dos livros mais vendidos do *The New York Times* e há 19 semanas na primeira posição da lista de livros mais vendidos que a revista realiza para o Brasil.

procuram detectar o efeito sobre a criminalidade do acentuado crescimento da população prisional norte-americana nos anos 70 e 80. Levitt (1995) correlaciona o aumento da população carcerária norte-americana com a queda na criminalidade. Entretanto, admite que a prisão parece funcionar mais para inibir pequenos delitos e menos para crimes violentos.

Em contraposição, outros autores procuram mostrar que as prisões não são *cost-effective* ¹⁴. Em pesquisa recente Mauer & Gainsborough (2000) trouxeram um duro golpe aos defensores do encarceramento como medida *cost-effective*. Comparando a taxa de encarceramento de todos os estados norte-americanos, os autores concluem que entre 1991 e 1998, os estados com maiores taxas de encarceramento tiveram menores ou equivalentes reduções na criminalidade violenta.

Tabela 11:

<i>Estados</i>	Aumento da Taxa de Encarceramento	Varição na Taxa de Criminalidade Geral	Somente Crimes Violentos	Somente Crimes Contra a Propriedade
Texas	144%	-35%	-33%	-35%
Califórnia	52%	-36%	-35%	-36%
Nova Iorque	24%	-43%	-45%	-42%
Massachussetts	21%	-35%	-16%	-39%

Fonte: Mauer & Gainsborough (2000)

Segundo Parenti (1999), os Estados Unidos têm a legislação penal mais severa dentre os países desenvolvidos do ocidente. A pena de morte, por exemplo, há muito extinta na Europa Ocidental vigora em 38 dos 50 estados norte-americanos. No *Death Penalty Information Center* ¹⁵ podemos ver que os estados norte-americanos sem pena de morte têm taxas de homicídio menores que aqueles onde se aplica a pena capital. Esta parece não diminuir a incidência dos crimes sobre os quais se aplica, além de ser bastante custosa (uma pessoa executada custa ao Estado tanto ou mais que um condenado a 40 anos de prisão, na medida em que uma condenação capital implica processos que se estendem por muitos anos e em geral,

¹⁴ Tarling (1993) analisou a relação entre a taxa de encarceramento e a taxa de criminalidade na Inglaterra e concluiu que um acréscimo de 25% da primeira tem o modesto resultado de reduzir a segunda em 1%. Este estudo pode ser visto em Tarling, Roger (1993). *Analysing Offending Data, Models and Interpretation*. Londres: HMSO.

¹⁵ *Death Penalty Information Center*: www.deathpenaltyinfo.org.

contemplam um grande número de apelações). Segundo Parenti (1999), o custo de uma condenação capital pode variar entre 1 e 2 milhões de dólares, enquanto o custo anual de um presidiário é cerca de 25 mil dólares.

Além de terem executado judicialmente mais de 700 pessoas desde 1976, os Estados Unidos, em apenas 30 anos (de 1970 a 2000) decuplicaram sua população prisional, passando de 200 mil para cerca de 2 milhões de presos, o que lhes permite ostentar hoje a maior taxa de encarceramento do mundo (Dyer, 2000). Para muitos estudiosos, esta escalada deveu-se a política de “*War on Drugs*” que consumiu no último ano do governo Clinton, 19 bilhões de dólares¹⁶. O endurecimento da legislação penal se deu no entanto, devido à lei dos *three strikes*, aos *mandatory minimums* e ao chamado *truth in sentencing* (Lemgruber, 2002).

A pena de prisão perpétua é comum e 23 estados adotam hoje a lei dos *three strikes* nascida na Califórnia. Esta determina que um infrator ao cometer seu terceiro crime seja condenado à pena perpétua. Em alguns estados o terceiro crime deve ser considerado grave ou violento, em outros, a lei vale mesmo para crimes leves, segundo o *Justice Police Institute*¹⁷.

Os *mandatory minimums* referem-se a um endurecimento nas condenações relativas a uso e tráfico de drogas. Nos anos 70, o estado de Nova Iorque aprovou as *Rockefeller Drug Laws* e a partir de então, a maior parte dos estados e o governo federal adotam legislações semelhantes que obrigam a imposição de penas elevadas para crimes que envolvam drogas, sejam relativos ao uso ou ao tráfico¹⁸ (Linch, 2000).

Finalmente, dentro da estratégia chamada “*being tough on crime*” (tratar duramente o crime), foi introduzido o “*truth in sentencing*” que exige o cumprimento de pelo menos 85% da pena imposta. Segundo Dyer (2000), 75% dos presos afetados pelo “*truth in sentencing*” cometeram crimes não-violentos e a medida acaba por diminuir o estímulo ao bom comportamento dentro das prisões.

¹⁶ Durante o governo Clinton o orçamento para o combate às drogas elevou-se de 5 para cerca de 19 bilhões de dólares. Mas como dito por Barry McCaffrey que então estava à frente do DEA (*Drug Enforcement Administration*), “as drogas ilegais nunca foram tão baratas, tão puras e tão disponíveis” (Linch, 2000). Para Messadié (1989: 95) a extensão da toxicomania nos Estados Unidos, que resiste aos intensos esforços das autoridades parece inerente à solidão do indivíduo e à pobreza dos recursos que lhes são oferecidos”.

¹⁷ Segundo o *Justice Police Institute* na Califórnia, berço da lei, 25% da população prisional está condenada por ela e destes 25%, 70% correspondem a condenações por crimes leves (2002).

¹⁸ Segundo Linch (2000), a rigidez da legislação provocou o pedido de demissão de um juiz federal e desencadeou vários protestos de juizes contra a obrigação de aplicar penas consideradas “desproporcionais à gravidade dos delitos”.

De acordo com Shiraldi (1999), os dois milhões de encarcerados nos Estados Unidos custam ao contribuinte aproximadamente 50 milhões de dólares anuais, o que faz com que manter um preso nos Estados Unidos seja mais caro que manter um aluno em Harvard. Segundo o autor, entre 1987 e 1998, os orçamentos dos diferentes estados norte-americanos tiveram um acréscimo médio de 30% para o sistema penitenciário e reduções médias de 1,2% e 18,2% para o sistema educacional (respectivamente elementar e universitário).

Podemos ver pelos dados apresentados que nos últimos anos a taxa de encarceramento nos Estados Unidos tem sido em média 6 ou 7 vezes superior a dos países europeus e ainda assim as taxas de homicídio no país são 4 ou 5 vezes mais elevadas. Ou seja, o contribuinte norte-americano custeia uma população carcerária muitas vezes maior e vive em cidades menos seguras.

Assim como em outras partes do mundo, as minorias estão sobre-representadas na população prisional dos Estados Unidos. Segundo Mauer (1999), embora os negros constituam apenas 12% da população livre, eles representam cerca de 50% da população carcerária. Além disso, a proporção de negros executados judicialmente de 1976 a 2001 (36%) é o triplo do percentual de negros na população. Também segundo este autor, um em cada três jovens negros entre 20 e 29 anos de idade, está sob a supervisão do sistema judicial criminal (preso, sob condicional ou em liberdade vigiada). Para os jovens brancos, esta relação é de um em cada dezesseis. Ainda em alguns estados, 25% da população negra está impedida de votar, dado que nos Estados Unidos, alguém que já tenha cumprido pena por “*felony*” (na tradução crime grave mas, no sistema judicial norte-americano qualquer crime intencional mesmo sem violência, inclusive crimes contra a propriedade) perde o direito de votar. Assim, a política de combate ao crime, acaba subtraindo poder político da população negra. Acrescentemos ao viés racial, uma alta seletividade econômica dados os custos processuais e advocatícios para se evitar uma condenação.

Muitos autores atribuem a maior violência nos Estados Unidos à grande quantidade de armas em mãos da população, como Cano (2002). Discorreremos brevemente sobre este argumento, mas a hipótese central deste trabalho é que a sociedade norte-americana pode ser vista como representação simbólica maior do mal-estar contemporâneo, assim, o fato de que esta população esteja armada constitui-se em um grave *vetor* para a materialização da violência letal, mas não necessariamente é sua causa última ou exclusiva.

Tabela 12: Comparações Internacionais – Taxas de Homicídio em 100 Mil Habitantes (em 2000):

Países	Homicídios	Homicídios por arma de fogo	Homicídios por outras causas	Casas onde há ao menos uma arma de fogo (% do total)
Estados Unidos	5,70	3,72	1,98	39,0
Finlândia	3,24	0,86	2,38	23,20
Portugal	2,98	1,28	1,70	n/a
Itália	2,25	1,66	0,59	16,0
Escócia	2,24	0,19	2,05	4,70
Canadá	2,16	0,76	1,40	n/a
Austrália	1,86	0,44	1,42	19,40
Coréia do Sul	1,62	0,04	1,58	n/a
Nova Zelândia	1,47	0,17	1,30	22,30
Bélgica	1,41	0,60	0,81	16,60
Inglaterra	1,41	0,11	1,30	4,70
Suíça	1,32	0,58	0,74	27,20
Suécia	1,30	0,18	1,12	15,10
Dinamarca	1,21	0,23	0,98	n/a
Áustria	1,17	0,42	0,75	n/a
Alemanha	1,17	0,22	0,95	8,90
França	1,12	0,44	0,68	n/a
Holanda	1,11	0,36	0,75	1,90
Noruega	0,97	0,30	0,67	32,0
Espanha	0,95	0,21	0,74	13,10
Japão	0,62	0,02	0,60	n/a

Fonte: ONU, 2000.

Apesar de não serem a principal causa da violência, as armas de fogo certamente fazem com que esta tenha um impacto letal muito superior. Os homicídios múltiplos raramente ocorrem com outros tipos de armas (brancas, contundentes, etc.). Mas, não podemos nos esquecer que sob determinadas circunstâncias é possível que encontremos países com alto número de armas de fogo e baixo nível de violência, como é o caso da Suíça ou Noruega (ONU:1998). Portanto, não é possível atribuir os altos níveis de violência somente à presença delas, por mais eficaz que possa ser “atirar sementes em solo fértil”.

Segundo a pesquisa de Saltzman *et alii* (1992), as vendas legais de armas pessoais também são um canal de suprimento para os crimes (esta foi uma das principais razões para se limitar a posse de armas de fogo na Inglaterra após o massacre de Dunblane, Escócia¹⁹). As armas

¹⁹ Em 13 de março de 1996, um homem armado com dois revólveres e duas pistolas invadiu uma escola na pequena cidade de Dunblane, Escócia matando 16 crianças e um professor. Outras 18 pessoas ficaram feridas. Estima-se que tenham sido disparados pelas pistolas automáticas 105 tiros em 4 minutos. (IANSA: *International Action Network on Small Firearms*).

pessoais supostamente oferecem aos seus possuidores um mecanismo de proteção para ser usado em legítima defesa. No entanto, segundo o *National Bureau of Crime and Justice Statistics* do governo dos Estados Unidos, em 1995 para cada caso em que uma arma de fogo foi usada letalmente em legítima defesa, corresponderam 131 mortes por assassinato, suicídio ou acidentes letais²⁰. Segundo Saltzman *et alii* (1992) a grande maioria dos cidadãos não adquire armas com intenções criminosas mas, acabam cometendo crimes trágicos após desentendimentos ou discussões (episódios que sem uma arma presente poderiam ter terminado com lesões menores).

Para Cano (2002), ainda que cada estado norte-americano regule com especificidades seu comércio de armas, é comum que indivíduos dirijam-se a outros estados com legislação menos restritiva, caso não consigam armar-se em seu próprio. A Justiça norte-americana condenou nos anos 90 vários fabricantes do estado de Nova Iorque por “venda negligente” alegando que as empresas conheciam o fato de que muitos cidadãos do estado compravam armas na Flórida²¹. Segundo o autor, a posse particular de armas: a) implica riscos de acidentes para seu proprietário e familiares (especialmente para crianças); b) é um fator agravante para o risco de suicídio; c) aumenta a exposição feminina à violência doméstica (de fato ou em ameaças); d) aumenta a probabilidade de desenlace trágico em desentendimentos; e) constitui-se num grande risco de que a arma seja usada contra o próprio dono; f) pode ser uma contribuição ao circuito de armas clandestinas, pois grande parte destas provém de revendas ou roubos de armas legais; g) aumenta o risco de violência grave no caso de assaltos e h) o armamento de alguns cidadãos aumenta a sensação de perigo dos restantes, contribuindo para o armamento destes e configurando uma espiral armamentista²².

As estatísticas sobre a violência nos Estados Unidos pareciam confortar a visão conservadora que insiste em associar a violência no país ao negro e mais especificamente, ao negro jovem de baixa renda. Os dados atuais, no entanto, negam a visão segregatícia do problema. Mesmo que os mais altos índices de violência estejam correlacionados positivamente

²⁰ As estatísticas referem-se às armas de posse legal.

²¹ Dentre as empresas condenadas por venda negligente está a brasileira Taurus (Cano, 2002).

²² Segundo Messadié (1989) todas as campanhas movidas pela imprensa ou por organizações da sociedade civil em favor de restrições ao comércio de armas nos Estados Unidos, esbarram na *National Rifle Association* (NRA), associação detentora de poderoso *lobby* junto ao Congresso.

à população negra e hispânica (ainda que esta correlação se dê não pelo fator étnico-racial mas, pela menor apropriação da renda por esta parcela populacional) o fenômeno da violência nos últimos anos disseminou-se pela população branca de classe média, negando o fator econômico “renda” como responsável único²³.

A negação do problema reflete-se no tratamento marginal dado à questão. Associa-se a violência aos negros e hispânicos de baixa renda e quando se trata da população branca de classe média ou média-alta, o que vemos é um tratamento de excepcionalidade pois os casos são prontamente associados às psicopatias individuais em que o foco da discussão centraliza-se na personalidade do criminoso. Sendo ambas as proposições insuficientes, é preciso explicitar uma argumentação mais complexa (uma vez que se trata de um objeto complexo), na tentativa de relacionar a violência não só às causalidades ligadas aos problemas econômicos mais imediatos (baixa renda, desemprego, habitação precária, etc.) como também às causas que refletem os valores contemporâneos da sociedade capitalista.

²³O documentário “Tiros em Columbine” (2002) dirigido por Michael Moore trata a violência nos Estados Unidos, o comércio de armas nesse país e as recentes estatísticas que demonstram um aumento da violência nas escolas.

CAPÍTULO 3

MAL-ESTAR, NARCISISMO E VIOLÊNCIA

“A violência está o cúmulo do absurdo. É geral, não é? É geral, não tem, não está distinguindo raça, cor, dinheiro, com dinheiro, sem dinheiro, está de pessoa pra pessoa, não interessa se eu te conheço ou se não te conheço. Me irritou na rua eu te dou um tiro. É assim mesmo que está, e é irritante, o ser humano está em um estado de nervos que ele não está mais se controlando, aí junta a falta de dinheiro, junta a falta de tudo, e quem tem mais está querendo mais e quem tem menos está querendo alguma coisa e vai descontar em cima de quem tem mais, e está uma rivalidade, uma violência que não tem mais tamanho, está uma coisa insuportável.”

Moradora da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro,
apud Gomes (2003).

Este capítulo pretende inter-relacionar os dois primeiros capítulos à medida que procuramos destacar o papel que sociabilidade atual exerce sobre as novas formas de violência. Pretendemos explicitar que a violência está profundamente associada ao nosso modelo de existência, pois ao tornarmos-nos arrivistas dependentes do olhar dos outros, incorporamos em nosso modo de vida a agressividade da concorrência mercantil e sofremos as consequências da inalcançabilidade de nosso tipo-ideal.

3.1) Causalidades Relativas à Violência

“O homem normal é muito mais imoral do que acredita, como também muito mais moral do que sabe.”

Freud

As causas da violência são múltiplas e interconectadas. Elas podem ser simultaneamente causas sociais, econômicas, psicanalíticas, individuais, sistêmicas, políticas, etc. Eis porque

especialistas das mais diferentes áreas dedicam-se ao fenômeno. Ao que nos parece, no entanto, não dispomos de uma teoria suficientemente consistente e de fundamentos rigorosos que dêem conta desta problemática simultaneamente permanente e mutante, universal e singular.

Pretendemos aqui ligar o fenômeno da violência ao mal-estar contemporâneo, pois os valores capitalistas atuais, ou melhor, a falta de valores deste sistema que nos apresenta diariamente a mensagem darwiniana de que os mais aptos sobrevivem, casa com interesses individuais e favorece impulsos para a dominação ou indiferença com o outro, explicitando no conjunto, a falta de responsabilidade do indivíduo para com o social. Cultuamos valores altamente desejáveis baseados na agressividade.

É certo que não podemos ignorar as causalidades mais explícitas ligadas à violência, qual sejam, privações materiais à sobrevivência digna e acirramento das desigualdades sociais. Vejamos esta atual reflexão de Thomas Morus, em sua obra *Utopia*, escrita no século XVI:

“Arrancaí de vossa ilha essas pestes públicas, esses germes do crime e da miséria (...). Colocai um freio ao avarento egoísmo dos ricos; tirai-lhes o direito do açambarcamento e monopólio. Que não haja mais ociosos entre vós... para que venha a ser ocupada utilmente esta massa de homens que a miséria transformou em ladrões, vagabundos ou lacaios, o que é aproximadamente a mesma coisa. Se não remediardes os males que vos assinalo, não vos vanglorieis de vossa justiça; ela é uma mentira feroz e estúpida. (...) E, no entanto, que é que fabricais? Ladrões, para ter o prazer de enforcá-los. (...) Minha convicção íntima é que é injusto matar-se um homem por ter tirado dinheiro de outrem, desde que a sociedade humana não possa ser organizada de modo a garantir para cada um, uma igual porção de bens.” (Morus, 1972: 179 a 181).

Vejamos que violência pode ser operada direta ou indiretamente e existe uma fundamental distinção entre *atos de violência* e *estados de violência*. Os atos de violência decorrem também do estado de violência (Menezes, 2003). O estado de violência articula a dominação exercida pelas classes privilegiadas mediante a opressão, a exploração, a injustiça, a discriminação e a excludência. Residem nesta articulação entre ato e estado, as razões para a violência dos excluídos (crime comum, delinquência, tráfico de drogas, roubo, etc.) mais facilmente visualizados, ao passo que a violência dos opressores exerce-se

frequentemente de maneira discreta e dissimulada, mas sempre portadora de terrível eficácia.

Os atos de violência são assim na aparência muito mais chocantes que o estado ou situações de violência, uma vez que estes últimos quase nunca são perceptíveis e quase sempre não nos mostram responsáveis direta e claramente identificáveis (Menezes, 2003).

Por outro lado, a banalização da violência cotidiana nos leva a invisibilizar e a encarar como natural ou universal o sistema que a propicia, e a aceitar como “normais”: a fome, a miséria, a marginalidade, a insalubridade, a poluição, a brutalidade, o arbítrio, etc.

Nesta situação, a quantidade de crimes pode diminuir porque as condições externas mostram-se menos favoráveis às dinâmicas criminais que condicionam a existência da violência. De acordo com o contexto histórico e o ponto de vista adotado, estas condições podem ser: a taxa de desemprego e o padrão de vida experimentado pelos segmentos mais pobres da população; a intensidade das contradições (econômicas, políticas, étnicas, geracionais, culturais, religiosas, etc.) embutidas na sociabilidade cotidiana; o grau de exclusão da cidadania ditado pelas estruturas socioeconômicas; o nível e a qualidade média dos benefícios sociais; o peso relativo das faixas geracionais jovens na composição demográfica da população e/ou a combinação de duas ou mais das condições mencionadas.

Também para a psicanálise, a insatisfação de necessidades materiais à sobrevivência digna faz com que a conseqüente inexistência de um projeto de vida que sustenta a formação da identidade, prejudique a formação da subjetividade dos indivíduos afetados. A violência adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Sob várias óticas, os atos de violência ocultam aspectos profundos, mas fundamentais, como as transformações no jogo das forças sociais ou as tramas da nova sociabilidade.

Não é nossa intenção aqui discutir todas as questões relativas à violência. É notório o aumento da violência à medida que aumentam as desigualdades sociais, mas, esta também aumenta em proporção igual ao fortalecimento de valores baseados nas leis de mercado.

Cardoso de Mello & Novais (1998: 652), em trabalho que refere-se à sociedade brasileira mas, que no entanto podemos aplicar a discussão, afirmam:

“Com a globalização, finalmente, tudo vem à tona (...) faltam empregos e a mobilidade social torna-se descendente; muitos sofrem o rebaixamento de seu padrão de vida e nível de consumo. Consequentemente, acirra-se a concorrência, que, do sistema econômico expande-se para todas as outras esferas de vida,

esgarçando-se o tecido social. A competição exacerbada, selvagem, transforma a violência num recurso cotidiano para a sobrevivência (...). O avanço da violência não pode ser explicado somente pelas dificuldades econômicas ou pelas privações materiais. Uma sociedade que não dá valor à vida não pode pretender que os excluídos, do emprego, da escola, da vida familiar, considerem a vida um valor. A violência é, também, resultado da progressão avassaladora do individualismo de massas”.

Freud (1996-A), nos diz que a construção e a preservação da sociedade se baseiam no amor ao próximo e na manutenção de interesses comuns, ou na capacidade dos indivíduos de se identificarem uns com os outros. Isso, acrescentemos, só pode ocorrer à medida que a vida material atende pelo menos a necessidades mínimas¹.

As vítimas do sistema capitalista podem se transformar bem rapidamente em algozes².

A violência elaborada no espaço sociocultural tem várias faces dentre as quais, enfatizamos a destruição do sentimento de pertinência de um cidadão ou conjunto de cidadãos a uma comunidade, por ação de outros da mesma comunidade. Esta violência é ocultada pela mentira de que todos são iguais e que a comunidade, seus bens e oportunidades são iguais para todos e ainda, que as diferenças são toleradas. No sentido mais divulgado, tem-se como violência apenas aquilo que o Estado nomeia como tal: roubos, homicídios, violações, etc. Não são nomeadas e portanto parecem não existir, aquelas formas produzidas pelo seqüestro da subjetividade por abuso econômico. Para a psicanálise, ficar fora desse conjunto de pertinência pode levar a condições psíquicas perturbadoras.

Difícilmente veremos indivíduos que recorrem à violência apenas para conseguir estabelecer uma sobrevivência material minimamente digna, pois a lógica desenfreada do consumo não atinge somente os que podem custeá-lo. O mal-estar, a ansiedade pelo alcance do tipo-ideal exposto pela mídia e o desejo de reconhecimento e *status* social pela posse de bens, atingem também as camadas mais pobres da população. A busca pelo reconhecimento

¹ Ao que nos parece, a qualidade de vida dos americanos nos estratos de renda mais baixos ou médios, ao contrário da imagem mítica divulgada da “terra de oportunidades”, vem deteriorando-se ao longo dos anos com a disseminação da pobreza nos Estados Unidos. Sobre este assunto ver: “O Lado Pobre dos Estados Unidos” em Valor Econômico, 24 de out. de 2005. As deteriorações na qualidade de vida também são mostradas por Brown, Larry (1987) *Hunger in the U.S.* Scientific American, fevereiro de 1987 e Ehrenreich, Bárbara. (2004) *Miséria à Americana*. São Paulo: Record.

² É importante lembrarmos que dentro das possibilidades legais é muitas vezes impossível que o indivíduo satisfaça suas necessidades materiais mínimas ou seus desejos de consumo. Esse aspecto deve também ser considerado como um estímulo à inserção social através da acumulação ilícita.

pode centrar-se no que se obterá através da ação violenta (dinheiro, armas, roupas e eletrônicos dentre outros bens), ou na notoriedade através da mídia pela própria execução da ação, independentemente do que se consiga através dela.

Segundo Messadié (1989), o culto excessivo da violência pela mídia faz com que os sujeitos tenham um fascínio pelo fato de pertencer ao sistema do espetáculo, e nesses casos, mesmo sua natureza de criminoso pode ser obliterada pela virtude de “estrela”. Segundo o autor, o exemplo mais claro que temos para a sociedade norte-americana é a superexploração que foi feita pelos meios de comunicação sobre os criminosos Al Capone³ e Charles Mason⁴.

Messadié (1989) nos diz que a ampla divulgação da violência nos meios de comunicação de massa, ou até mesmo sua sacralização desempenha impacto considerável⁵. A faceta da sociedade de consumo que promove o culto à celebridade (personalidade cujos hábitos alimentares, doenças, animais de estimação, passatempos, viagens ou relacionamentos amorosos nos são mostrados até a náusea) é segundo Lasch (1983), grande inspiração para crimes cometidos com o objetivo de reconhecimento social. A sociedade que cultua os ricos, os grandes e famosos (os Vips da sigla “*very important people*”) promove em contrapartida a existência do rebanho dos comuns, dos medíocres de menor valor. Assim, as camadas mais baixas da população ou os medíocres na acepção literal da palavra, ou seja, os que estão dentre a média, buscam identificação com os “vencedores”, com o topo da sociedade, ainda que seja por destaque passageiro no espetáculo midiático. Essa tentativa de saída do obscurantismo, de destaque, reconhecimento ou immortalização de seu nome ou imagem praticada por indivíduos ou grupos, quando ultrapassa os limites da normalidade é chamada pela psicanálise de “Complexo de Eróstrato”⁶.

³ Al Capone (gângster norte-americano, também conhecido como *Scarface*) ficou imortalizado em várias produções cinematográficas, dentre as quais destacamos *Scarface* (1983) e *Os Intocáveis* (1987), ambos dirigidos por Brian de Palma.

⁴ Charles Manson, *serial killer* norte-americano que comandava grupo religioso, ficou especialmente famoso por ter assassinado a atriz Sharon Tate (grávida do marido, o cineasta Roman Polanski) e vários amigos em sua casa, em Los Angeles, em 1969. A vida de Charles Manson foi retratada na produção cinematográfica recente *Helter Skelter* (2004).

⁵ Segundo Messadié (1989: 149) crimes contra personalidades famosas como o assassinato do presidente John Kennedy ou de seu irmão, o senador Bob Kennedy e ainda as tentativas de assassinato do ex-presidente Ronald Reagan ou do expoente da *pop art* norte-americana Andy Warhol, foram ícones da tentativa insana de destaque nos meios de comunicação a qualquer preço, ainda que através da violência.

⁶ Eróstrato foi um obscuro habitante de Éfeso (Turquia) que ateou fogo em uma das sete maravilhas do mundo antigo, o templo de Diana ou Artêmis, em 356 a.C., com o objetivo de tornar seu nome eternamente conhecido. Mais sábios que nossos contemporâneos, após o ato, os efésios proibiram sob pena de morte que seu nome fosse pronunciado. (BOARDMAN, John. (1997) *Oxford Illustrated History of Greece and The Helle*. Nova Iorque: Oxford USA Professio).

A capacidade do sistema comunicacional moderno para fabricar ídolos e mitos é fato incontestável na experiência atual do telespectador e receptor de todas as formas dos meios eletrônicos de massa. Ainda além, para a psicanálise, a comunicação contemporânea não pode ser reduzida ao sistema da linguagem consciente, pois existe uma dimensão subjetiva marcadamente imagética que se articula no inconsciente.

Numerosos estudos foram feitos na tentativa de avaliar o impacto do espetáculo da violência (na televisão, no cinema ou ainda nos *videogames*) sobre os indivíduos, especialmente jovens e crianças⁷. Não pretendemos aqui discutir se essa realidade é comprovadamente um estímulo ao comportamento violento, mas podemos afirmar que a espetaculosidade na abordagem do fenômeno é sem dúvida traço cultural contemporâneo que incentivando a prática violenta ou não, colabora com sua banalização.

É certo que especialmente para o jovem a aparição nos meios de comunicação (seja por qual for o motivo), a adesão, aceitação e identificação com um grupo (violento ou não) é vista como uma saída da nulidade social, como alcance de valor e reconhecimento⁸. O fascínio dos jovens norte-americanos pela violência, pelo uso de armas de fogo e pela defesa violenta do território não pode no entanto *apenas* explicar-se pela atuação da mídia (ainda que esta exerça papel importante) pois, muitos países desenvolvidos europeus ou orientais estão também contaminados pela violência como espetáculo, através de produções próprias ou pela importação da cultura norte-americana.

Podemos, no entanto, destacar não só a necessidade de reconhecimento promovida pela sociedade do espetáculo e pelo culto às celebridades⁹ como também, o desejo de satisfação a qualquer custo, a sensação de onipotência da personalidade narcísica que nos fala Lasch (1983), ou mesmo a descompensação psíquica advinda das constantes ansiedades e frustrações impostas pelo inalcançável tipo-ideal da sociedade de consumo.

⁷ Sobre televisão e violência ver: JOVANOVIĆ, Brace (1986). *The Impact of Television*. Harcourt: Academic Press. Segundo o autor, a televisão não só deforma a imagem da realidade como acaba por deformar a própria realidade.

⁸ Para Messadié (1989) a questão da aceitação social para o jovem é agravada no contexto escolar ou universitário norte-americano pois, ter popularidade entre os demais estudantes é sempre característica exacerbadamente valorizada.

⁹ O glamour, expressão norte-americana intraduzível que mistura o inglês "*gloss*" (brilho) e o francês "*amour*" (amor) e apresenta entre suas conotações sedução e moda, domina o psiquismo individual e coletivo (Messadié, 1989).

A voracidade e a violência podem ser estimuladas pela ansiedade - a ansiedade de ser o que se gostaria, de ter mais e melhores bens, de ser saudável, de ser física e psiquicamente equilibrado, sempre com o constante medo de não ser bom o suficiente para ser amado.

Meneghini (1963), estudando casos de criminosos submetidos a exames psiquiátrico-forenses, mostrou a presença nesses indivíduos de um conflito mental insuportável, a emergência de angústia depressiva e persecutória por uma perda ou ameaça de perda, regressão à posição esquizo-paranóide em que sobrevinha a atuação homicida como mecanismo de externalização de ansiedades psicóticas que o ego não teria condições de manejar. Como nos mostra Freud (1996-A), nas situações desta natureza (quando a saúde psíquica é comprometida pelas excessivas perturbações e insatisfações externas) o indivíduo regride passando do princípio da realidade para o princípio do prazer. Do ponto de vista da economia psíquica, funciona então a tendência a fugir da dor e buscar alívio através da ação violenta sobre o mundo externo.

Pode-se questionar ainda se a contínua exposição à violência explícita minaria os controles internos pré-formados da agressividade, segundo Freud (1998), potencializado o desejo de destruição. A crença de que o defeito, a falha, a fraqueza está no outro e não no sujeito, é o protótipo do mecanismo psíquico da projeção, que alivia as tensões internas pela externalização da fonte de sofrimento e sua transposição para o outro conveniente, sendo que este pode ser atacado também por que dispõe de qualidades desejáveis.

3.2) Suicídio e Suicídio de Jovens

*“Tolerar a vida continua a ser, afinal de contas,
o primeiro dever de todos os seres vivos.”*

Freud

Durkheim (1982), em sua obra O Suicídio, escrita em 1897, trata o suicídio como um fenômeno social que poderia ser classificado em três categorias: egoísta, altruísta e anômico.

O suicídio egoísta seria aquele cometido por pessoas não integradas à família ou a qualquer outro grupo social. Assim, as pessoas com maiores vínculos de inserção social

seriam menos propensas a cometê-lo. Por exemplo, na visão do autor, o que auxiliaria as pessoas religiosas e não cometerem o suicídio não seriam os dogmas ou medo de punição e sim, o fato de estarem integradas em uma vida coletiva de suficiente intensidade, pois “quanto mais numerosos e fortes esses estados coletivos, tanto mais fortemente integrada será a comunidade religiosa, e tanto mais será a virtude preservativa” (Durkheim, 1982: 129).

No suicídio altruísta ocorreria o oposto, ou seja, existiria uma excessiva integração ao grupo, a tal ponto que o indivíduo seja capaz de tirar a própria vida numa suposta ação voltada a benefícios coletivos. O suicídio seria neste caso um dever e se o indivíduo faltar com essa obrigação, se sentirá desonrado perante os companheiros perdendo em consequência, a estima pública.

O suicídio anômico se dá quando a integração na sociedade está perturbada, privando o sujeito das normas costumeiras de comportamento. Esse tipo de suicídio explicaria, por exemplo, os casos em que o ato se dá após um divórcio, uma separação, uma grande perda econômica ou perdas de outra natureza, etc. Também nessa modalidade poderíamos encaixar a ruína dos valores sociais.

Mas, discordando da classificação de Durkheim (1982), Cassorla (1987: 138) nos diz que:

“(...) não existe qualquer teoria que possa explicar todos os casos e situações de comportamento suicidas, pois eles são a expressão de múltiplos fatores que interagem de forma específica em cada indivíduo, e são resultantes de aspectos constitucionais, da história do desenvolvimento, de circunstâncias sociais e de fantasias sobre morte e pós-vida. As teorias psicanalíticas no entanto, (...) permitem aproximações elucidativas”..

Nos termos freudianos, o suicídio é resultado da pulsão de morte. Isso pode ser constatado quando pessoas que tentaram suicídio admitem que o fizeram em busca da “paz”, do “repouso absoluto”, do “sono eterno” (Levy, 1990), o que muito se assemelha ao que Freud considera pulsão de morte: um retorno ao nível zero de tensão, uma regressão ao narcisismo primário. Sendo assim, muitos suicidas não desejariam a morte como aniquilamento, como extinção final. O que Freud chama de “pulsão de morte” não deve ser confundido com a morte em si, pois representa uma lógica de ação, uma ilusão ou uma idealização, como assinala Levy (1990, *apud* Albuquerque *et alii*, 2003).

. Freud chegou a dizer em “O Instinto e Suas Vicissitudes” escrito em 1915 que “no fundo ninguém crê na sua própria morte, ou dizendo a mesma coisa de outra maneira, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade” (Freud, 1996-A: 327).

O atentado contra a própria vida, termine na extinção do indivíduo ou não, representa a culminância de várias linhas de motivações, algumas delas mesmo contraditórias. É certo que no âmbito da morte e do ato de morrer nunca se está diante de um fenômeno simples. Cassorla (1987) comenta que o imperador Adriano, na Roma antiga, mandava matar como castigo aqueles que tentavam o suicídio, num exemplo de que se matar, desejar ser morto e morrer não são eventos da mesma natureza. Em geral, a pessoa que tenta o suicídio é ambivalente em relação à própria morte, aspecto representado na crise aguda que antecede o ato.

Grunspun (1991: 121) delimita o conceito de suicídio como: “ação letal realizada pelo autor sobre si, de maneira consciente, acreditando que a maneira escolhida deve ser causa eficiente para alcançar sua finalidade”. Os suicídios com desenlaces mortais têm sido preferencialmente estudados como parte dos “comportamentos suicidas” (Cassorla, 1987). São considerados atos de suicídio simbólico aqueles em que se pretende matar a possibilidade de vida e situações de automutilação. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que os comportamentos suicidas abrangem também as ameaças de suicídio e os gestos suicidas, em que a conduta efetuada não representa realmente um perigo à vida e a tônica recai numa intenção manipulatória que pode estar mais ou menos explícita. São ações autodestrutivas e expressões inconscientes da pulsão de morte.

Freud, em seu estudo de 1917 “Luto e Melancolia” (Freud, 1996) nos diz que o suicídio é uma forma de autopunição dirigida a outra pessoa, mas que se volta contra o próprio sujeito. Em 1923, acrescenta: “na melancolia o objeto a que a ira do superego se aplica foi incluído no ego mediante a identificação” (Freud, 1996: 68). Isso se dá porque há na melancolia uma identificação narcísica com o objeto. Na medida em que o ego é autoerotizado, o narcisista imagina que não precisa mais do objeto.

Segundo Dantas Junior (1999: 276),

“(...) [em virtude da] fragilidade que a organização narcísica possui e que pode transformar a própria existência do outro numa ameaça angustiante de fragmentação do ego; como se a existência do outro tomasse a forma de um ataque à existência do indivíduo, ao menos naquilo que se refere a sua onipotente

organização narcísica... O outro é experimentado como um inimigo, como uma ameaça, e sua destruição seria vivida como um triunfo contra os sentimentos de medo e vulnerabilidade”.

Em suma, na visão psicanalítica tradicional, no suicídio o sujeito está matando o objeto mau e persecutório introjetado no *self* e seu desejo é fugir dele, que é uma parte de si mesmo, através da morte. O estranho, portanto, está mais próximo do sujeito do que pensamos. Ele se encontra dentro dele, é parte do complexo de castração e do cortejo de faltas e restrições a ele associadas. A ferida narcísica é tocada quando o indivíduo se encontra diante do diferente. Por isto, este precisa ser imediatamente diminuído, retirada sua importância, destituído de atributos positivos, quando não eliminado (Levy, 1990). Há também no suicida uma agressividade dirigida ao objeto que provocou a frustração libidinal, de maneira que a relação sustentada com esse objeto é marcada por amor e ódio. Em função da ambivalência, a agressividade foi reintrojetada e o superego, identificando o ego com o objeto, obrigaria-o à autodestruição.

O suicídio pode estar também relacionado à tentativa do indivíduo de se livrar do sofrimento, o qual ele considera insuportável, buscando na morte significados de renascimento, retaliação, autopunição ou reunião com figuras significativas perdidas.

Segundo Dantas Junior (1999), mais de 50% das pessoas que cometem o ato não têm problemas mentais clínicos (dentro dos padrões tradicionais da psiquiatria). Mas, estão no entanto, afetadas por estados graves de melancolia, mania, psicopatia ou esquizoidia.

A literatura psicanalítica é assente quanto ao fato de que o mais comum é o suicídio psicopático. Nessa circunstância, o indivíduo é portador de um superego cruel, que obriga o ego a usar defesas psicopáticas. As atuações marcam o modo de ser desses sujeitos, cuja personalidade sustenta dois traços incompatíveis: sentimento de onipotência e autodesvalorização melancólica. Acontece também o desgaste permanente do ego com as atuações (fenômeno semelhante ao que Wood Junior (2003) chama “fadiga do ator”). Esses sujeitos relacionam-se com outros de forma eminentemente manipulatória e despendem grande quota de energia negando a realidade psíquica, o que agrava a incapacidade de investimento objetal. A morte para eles é entrevista como uma saída e é ainda usada como uma manobra no sentido da agressividade e do controle do meio, pois, por não poderem arcar com a culpa, projetam-na sobre o outro. É o caso típico da pessoa que comete suicídio deixando um bilhete em que diz que “perdoa todos” (Albuquerque *et alii*, 2003).

De acordo com Kaplan & Sadock (1990), cerca de um terço dos adolescentes norte-americanos com distúrbios psíquicos efetuam tentativa de suicídio. Geralmente, aqueles que tentam suicídio repetem o ato e os que conseguem chegar ao óbito já haviam apresentado histórias de outras tentativas em 40% das vezes. Alguns fatores foram correlacionados pelos autores aos comportamentos suicidas, dentre os quais destacam-se: problemas familiares e/ou pais separados ou divorciados (segundo a pesquisa, 72% das crianças e adolescentes suicidas são provenientes de lares desfeitos); dificuldade de inserir-se em grupos já formados (cerca de 75% dos casos correspondem a jovens com dificuldades de adaptação em novos ambientes depois de mudanças geográficas); uso de drogas ou alcoolismo (cerca de 35% dos adolescentes estavam envolvidos com uso freqüente de um ou ambos); pressões pelo sucesso escolar (muitos dos que cometeram tentativas relatam terem sido impulsionados por fracassos ou decepções relativas ao desempenho escolar); decepções amorosas (o rompimento de vínculos afetivos ou a não correspondência amorosa é uma razão que atinge especialmente os pré-adolescentes); perda de parentes ou amigos próximos e a situação de exploração do suicídio pela mídia¹⁰. (Kaplan & Sadock, 1990: 55).

Sabemos que em se tratando de adolescentes, uma série de fatores intrínsecos ao seu desenvolvimento torna-os mais expostos a comportamentos autodestrutivos. Isto porque a adolescência é um período particularmente sensível à ambivalência emocional, à desorganização da personalidade e angústias correlatas, o que pode oferecer terreno propício para os mais diferentes distúrbios. O jovem é mais vulnerável ao suicídio porque ele representa uma caricatura dos processos de luto enfrentados na puberdade (Albuquerque *et alii*, 2003).

Os conflitos intrínsecos da adolescência são os mesmos ontem e hoje, pois esta é uma fase crítica do ciclo vital. É o período em que o jovem efetua a passagem do espaço doméstico protegido pela tutela parental para os desafios da ação independente que se espera do adulto. O desenvolvimento normal objetiva formar uma personalidade capaz de decisão, iniciativa e força para superar adversidades e realizar conquistas.

O adolescente vive uma crise de identidade, de reconhecimento, de aceitação de si mesmo, deparando-se com momentos de grandes desafios. Sob pressão de forças antagônicas de aproximação e rejeição dos pais como objetos de amor e ódio, a saída para

¹⁰ Segundo Albuquerque *et alii* (2003), jovens com perturbações psíquicas tendem a imitar suicídios que receberam grande destaque. Essa tendência é chamada "Síndrome de Werther" devido à novela de Goethe (*Os Sofrimentos do Jovem Werther*) na qual o personagem principal comete suicídio. Devido à grande quantidade de jovens que se suicidaram após lerem a obra, ela foi proibida em alguns países da Europa.

os impasses pode estar na busca de experiências com características de rito de passagem ou experiências onde estão amalgamadas na mesma ação, o desafio ao poder parental e a autopunição por isso (Albuquerque *et alii*, 2003).

Na busca da construção de sua identidade, ele é confrontado por processos de separação e individuação semelhantes aos do bebê ¹¹ que conduzem a uma representação do *self* e do objeto. O adolescente começa a perceber sua identidade como pessoa separada de seus pais e se envolve na redescoberta e na construção de si. Os conflitos e perdas desse período implicam a elaboração de muitos lutos numa época em que o ego jovem não está apto para lidar com tensões aumentadas.

Segundo Freud (1998-A), para o ego do prazer purificado nos indivíduos ainda em ciclo vital infantil, quando um objeto constitui fonte de prazer ele é incorporado ao ego, voltando o mundo externo e seus objetos a serem identificados como estranhos e hostis. Com o avanço da idade, a descoberta anatômica da diferença entre os sexos e a percepção de que se pertence a um deles surge como um momento crucial do desenvolvimento, marcado pelo ensejo de angústias conhecidas como angústias da castração, cujo desdobramento será a crise edípica (com seu corolário de limitação do desejo).

Entre as perdas e lutos dos adolescentes destacam-se: a perda do corpo infantil oriunda de mudanças próprias da puberdade e que ocorrem independentemente de sua vontade ¹²; a perda dos privilégios infantis e da grande dependência que tinham em relação aos pais na medida em que devem assumir novas responsabilidades e a perda da sexualidade infantil, fase em que segundo Freud predomina a bissexualidade ¹³. Faz parte deste último tópico (perda da sexualidade infantil) um momento evolutivo em que são revividos os conflitos edípicos (Albuquerque *et alii*, 2003).

Para Levisky (1998) algumas vezes, desenvolve-se um grande conflito no jovem por desejar e temer (ao mesmo tempo) a concretização de fantasias edípicas. A reedição do conflito edípico é muito mais perigosa diante das possibilidades reais de atuação dos

¹¹ Para o processo de formação do *self* no bebê ver Klein, Melanie. (1991) *Inveja e Gratidão, e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.

¹² Além das razões para determinação de comportamento suicida supracitadas, Grunspun (1991) cita também a mudança no modo de se relacionar com o próprio corpo que ocorre na puberdade, pois este passará a ser sentido como fonte de desejos genitais. Assim, alguns jovens que não processam o luto normal da perda do corpo infantil, podem se automutilar na fantasia inconsciente de destruir os genitais sentidos como causadores de urgência pulsional. Para outros, morrer pode significar matar o corpo, mas não necessariamente o ego (Albuquerque *et alii*, 2003).

¹³ Segundo Freud todo ser humano possui potenciais sexuais masculinos e femininos, independentemente do sexo anatômico, que se confundem no período de definição da identidade sexual.

desejos incestuosos, já que agora a sexualidade genital está presente. Muitas vezes, essas angústias são acompanhadas por remorso, culpa, crises melancólicas e atitudes de autopunição. O adolescente deve redirecionar sua libido para novos objetos de amor que não os pais, e outras decepções podem ocorrer, provocando momentos de tristeza. Este é um processo de luto normal nesta fase do ciclo vital (Albuquerque *et alii*, 2003).

A família tanto pode ajudar quanto dificultar o processo de luto da adolescência. Algumas vezes, a família que se saiu bem na tarefa de participar do desenvolvimento da criança se sente insegura e ameaçada com o crescimento do filho, e reage de forma paranóica e retaliadora, temendo perder a autoridade sobre ele. Este comportamento não raramente ocorre em pais que superinvestiram seus sentimentos, seu tempo e seu objetivo de vida no filho durante sua fase infantil¹⁴. O fracasso do processo de desinvestimento das relações libidinais com os pais está associado segundo Friedman *et alii* (1972) a muitos tipos de comportamento suicida. Os autores realizaram uma investigação qualitativa com dez jovens que tentaram suicídio ou praticaram automutilação, submetendo-os a um tratamento psicanalítico de cinco sessões semanais durante três anos consecutivos. Baseados no material clínico, os autores afirmam que todos eles não renunciaram à ligação libidinal com a mãe, pois esta renúncia era sentida como uma perda irreparável. Em decorrência disso, todos eles apresentavam como traço em comum o medo do abandono (medo este que se prolongava em todos os relacionamentos visados por eles e dificultava a formação de vínculos afetivos¹⁵). Os jovens estudados alegaram ter tido uma infância triste e insegura, em alguns casos mascarada por comportamentos de rebeldia em que se mostravam propensos a atuar seus conflitos, mas nunca demonstrar abertamente sua tristeza. Segundo os autores, em resposta, os jovens entraram num estado melancólico e não de luto normal durante a adolescência.

Em situações normais, exatamente porque vive o processo de luto é que o adolescente necessita também que os pais modifiquem sua relação com ele, o que nem sempre acontece. Diante das mudanças do filho, muitos pais utilizam-se inclusive da violência através de castigos e chantagens para impor suas ordens. É claro que o adolescente precisa de limites claros e de firmeza, mas não de violência (Albuquerque *et alii*, 2003). Conforme Grunspun (1991), os prejuízos acontecem quando os pais se sentem ameaçados e reagem de forma

¹⁴ Essa situação de superinvestimento emocional nos filhos foi descrita no capítulo 1 especialmente a partir de Marano (2005) e Lasch (1983). Ver páginas 25 a 28.

¹⁵ Atenemos para o fato de que nos casos em que o jovem tem dificuldades em lidar com vínculos afetivos, o suicídio pode relacionar-se também a uma tentativa de mudança: sair da posição passiva (ser deixado) para a ativa (deixar).

hostil a essa etapa evolutiva, levando o filho a acentuar as fantasias de orfandade pois, na fantasia inconsciente normal do adolescente, o ato de crescer é equivalente ao parricídio e matricídio (Albuquerque *et alii*, 2003).

Alguns jovens, sentindo-se inseguros e confusos em meio a tantas mudanças, passam a desafiar abertamente a autoridade, de modo a inverter os papéis com os pais. Isso porque na busca de reestruturar sua personalidade, o adolescente tenta se afirmar e imagina que agredindo e desvalorizando seus pais tornar-se-á independente, sem contar que é nesse período que os jovens descobrem os pais como não oniscientes (Levisky, 1995).

Vivendo num estado confusional constante, o jovem confunde o que deve ou não fazer ou como fazer, não distinguindo o construtivo do destrutivo. Em condições patogênicas, verifica-se que no lugar do conflito normal de gerações entre o adolescente e seus pais necessário para que ele reorganize sua identidade, o que ocorre é um desentendimento indiscriminado. O jovem pode responder a essa circunstância buscando “outros pais” como referência (Albuquerque *et alii*, 2003).

Quando o adolescente perde ou rejeita os pais como figura de identificação através da desidealização, ele tende a buscar novos modelos identificatórios na sociedade. Essa situação é agravada na sociedade contemporânea pelo declínio da autoridade parental de que nos fala Lasch (1983). Quando este fenômeno ocorre, agrava-se a busca do jovem por outras referências (lideranças ou celebridades se tornam ídolos com facilidade¹⁶) e podemos ver também uma exacerbação da função superegóica, segundo Lasch (1983). Para o jovem, o grupo pode também funcionar como protetor das angústias e inseguranças, tornando-se nesse sentido um verdadeiro substituto parental, segundo Levisky (1990).

Outros ainda, superinvestem em relações afetivas e o suicídio pode ocorrer após uma desilusão amorosa ou quebra do vínculo superestimado. Segundo Chabrol & Sztulman (1997) o vínculo relacional amoroso que esses jovens desestruturados formam é de tipo indiscriminado e os limites do “eu” de cada parceiro se confundem. É estabelecido entre eles um excessivo controle de um sobre o outro, de modo a evitar o surgimento de diferenças que ameaçariam a ilusória fusão da dupla. Cada indivíduo sente-se desesperadamente necessitado de sua outra metade, como se fosse parte dele mesmo. Quando uma das partes sente-se sufocada e rompe a relação, a outra não é capaz de suportar a perda. Sem o parceiro, a situação dominante é de profundo desamparo e vazio interior, podendo emergir uma

¹⁶ “Se Madonna começa um caso amoroso com um moreno lambuzado de brilhantina, faz mais pela causa dos chicanos que cem discursos de intelectuais em favor da causa dos imigrantes latino-americanos” (Messadié, 1989: 75).

sensação precipitada de impossibilidade de se viver assim. O suicídio nesses casos desponta como uma busca de paz, ou em estados agravados, como uma forma de incriminar o parceiro e forçá-lo a reatar¹⁷.

Na adolescência o desligamento necessário dos pais torna o risco de desamparo iminente, lançando o jovem em busca de objetos substitutivos. Podem se formar além de vínculos amorosos, ligações intensas com um(a) amigo(a) que não pode ser compartilhado(a). Ou ainda, dependendo da característica dos pais, eles podem persistir com o filho jovem, a manutenção do vínculo pai-criança (Albuquerque *et alii*, 2003).

A sociabilidade atual cria dificuldades adicionais para o jovem que certamente se deparará com perdas, frustrações e sensação de desamparo. Para tentar escapar dessa realidade e enfrentar sentimentos de impotência, muitos refugiam-se no narcisismo (Levy, 1990) afastando sua libido do mundo externo e dirigindo-a para o ego.

Os jovens são muito vulneráveis aos processos de destruição e autodestruição. Tudo se torna mais difícil porém, se além das dificuldades normais eles se deparam com uma sociedade hostil, competitiva, desumana, preconceituosa, desigual e dominada por uma inversão de valores (Albuquerque *et alii*, 2003). A cultura da competição faz com que todas as adversidades normais recaiam sobre o jovem como derrotas. Assim, nos vínculos amorosos as dificuldades advindas da pressão social pelo bom desempenho acabam sendo vividas como incapacidade sexual, dificuldades no desempenho escolar ou acadêmico recaem como atestados de fracasso futuro, a timidez e dificuldade de relacionamento de alguns é sentida como rejeição por parte do grupo, a estreiteza do mercado de trabalho que seleciona uns em detrimento de muitos não é vista como uma questão econômica maior, mas é sempre sentida como despreparo do sujeito rejeitado...

Uma infinidade de problemas sociais são assim constantemente enfrentados como fracasso pessoal. E o medo do fracasso nos assola pois, na sociedade capitalista o fracasso econômico acaba também por tornar-se um fracasso existencial.

¹⁷ Segundo Albuquerque *et alii* (2003) estas situações são particularmente agravadas para as moças que se deparam com uma gravidez indesejada. A gravidez indesejada é por si só uma fonte de constrangimento e perturbação, mas ela também reforça o temor da perda do parceiro. Em casos de aborto, todo esse ciclo é acrescido de culpa e autodesvalorização.

3.3) O Narcisismo

Vemos que para Freud (1968), o narcisismo tem parentesco com uma perversão na medida em que pode absorver a totalidade da energia libidinal do indivíduo. No entanto, para o autor, ele também constitui um estágio de desenvolvimento da libido intermediário entre o auto-erotismo e a escolha do objeto, e apenas a fixação neste estágio ou suas formas excessivas pertenceriam à patologia. Escreve Freud (1968: 31),

"(...) talvez este estágio intermediário, entre o auto-erotismo e o amor objetual, seja inevitável no curso de todo desenvolvimento normal, mas parece que certas pessoas se detêm nele de uma maneira insolitamente prolongada, e que muito dos traços dessa fase persistem nas pessoas nos estágios posteriores de seu desenvolvimento".

Freud (1968) nos fala do *narcisismo primário* como uma etapa evolutiva, sucedendo a uma anterior que denominou "auto-erótica". Freud nomeou de *narcisismo secundário* uma espécie de refluxo da energia pulsional que depois de ter investido os objetos externos e devido quase sempre a fortes decepções com estes objetos provedores das necessidades, retorna o seu lugar original, o próprio ego.

Mas, a expressão "narcisismo" ao que parece, extrapolou seu sentido psicanalítico e vem sendo usada por muitos autores para a descrição de uma condição social imposta aos indivíduos.

Segundo Lasch (1983), o indivíduo contemporâneo produto dos atuais padrões culturais teria sofrido por meio de fenômenos como a destruição da família, a invasão do espaço privado pela esfera pública e o declínio da autoridade parental, não uma regressão do superego ou uma deficiência em seus padrões normativos mas sim, uma exacerbação superegógica. O novo indivíduo, dotado de um superego exacerbado, punitivo e arcaico é para Lasch (1983) um traço distintivo da condição social do narcisismo. Esse superego soberbo seria constante fonte de raiva, inveja, insatisfação, ansiedade e melancolia. Segundo o autor, os indivíduos contemporâneos, especialmente o típico norte-americano, viveria uma condição de falsa liberação de antigos pudores e restrições pois, a maior tolerância e

permissividade ocultariam na verdade, a indiferença para com o outro ou com o social¹⁸. Esse sujeito teria assim se livrado da culpa religiosa e da restrição moral, mas não teria encontrado senão novas formas de “mal-estar”.

Mas, segundo Costa (2003) em artigo de 1984, Lasch (1983) comete duas relevantes imprecisões. A primeira delas seria a qualificação do narcisismo como uma condição patológica. Ao afirmar que o indivíduo norte-americano sofre de um narcisismo patológico, Lasch (1983) estaria qualificando a cultura do país como patogênica. Costa (2003) esclarece que todas as culturas idealizam um tipo psicológico ideal a partir da imposição de modos de conduta e aspirações (paradigmas da condição sadia), ou seja, estabelecem simplesmente um padrão sociocultural e estes não podem ser caracterizados como patológicos. Assim, para Costa (2003: 195) “os americanos não podem ser doentes só por serem americanos”. Segundo Costa (2003), o que ocorre é que a cultura acaba impondo um tipo-ideal cujas características ultrapassam os meios de que dispõem os indivíduos para alcançá-lo. Então sim haveria psicopatologia, quando existe uma tensão provocada pela impossibilidade de ser alcançado o tipo-ideal.

A segunda importante crítica de Costa (2003) a Lasch (1983), refere-se à natureza do narcisismo. Para Costa (2003: 223), o narcisismo deve ser visto como “narcisismo regenerador” pois, ele é uma estratégia de sobrevivência que tem mais a ver com a dor que com o prazer. Assim, “o homem narcísico não sofre por querer gozar demais” mas ele volta-se para seu “eu” como uma resposta à violência externa que lhe é imposta. Nesta visão, não são os hábitos e as disposições de caráter que marcam o social, mas esta sociedade que o sistema cria que dá sustentação aos diversos hábitos e disposições. O caráter e a personalidade seriam portanto, relevantes objetos psicossociológicos, na medida em que eles dependem dos valores e os refletem.

Segundo Freud em seu artigo de 1914, Introdução ao Narcisismo (Freud, 1968) e Freud (1998), o ego tende a fixar-se em traumas: “Um acontecimento como o traumatismo externo produzirá sempre uma grave perturbação na economia energética do organismo e porá em movimento todos os meios de defesa” (Freud, 1998: 36). Assim, o aparelho psíquico mobiliza-se para a fixação e localização do trauma (a exemplo das feridas de guerra) e o objeto causador do trauma procura ser pelo indivíduo anulado, afastado e desinvestido libidinalmente com o objetivo de afastar seu poder de destruição. “Partindo desta premissa,

¹⁸ De fato, ao longo dos anos 70 e 80 consolidou-se entre sociólogos e psicólogos (e passou até mesmo a ser usado pela imprensa) o termo “The Me Generation” (A Geração do Eu) para tratar os jovens norte-americanos (Messadié, 1989).

podemos dizer que o objeto-fonte da violência (coisa, representação ou representação-coisa) é sempre representado pelo sujeito violentado como agente de uma ameaça de morte ou aniquilação, e não de simples frustração libidinal”, conforme Costa (2003: 233).

Com base neste modelo de funcionamento psíquico, Costa (2003) nos diz que o ego do indivíduo está sendo violentado pelas mudanças impostas pelo funcionamento do mercado capitalista, assim, este indivíduo responderia à agressão, voltando-se para si, investindo no objeto atingido, ou seja, seu próprio ego. O temor de destruição do próprio “eu”, do sofrimento e da morte, é segundo o autor dissimulado pelo culto ao hedonismo.

“A mistificação da ideologia do prazer não está no protesto contra a repressão que ela prega e sim na própria natureza do prazer que ela prega. Sofrer, nessa ideologia, significa *privar-se de um prazer que está sempre no corpo do outro, e jamais no corpo próprio*. O outro, fique claro, não é nenhum agente empírico, indivíduo concreto, palpável ou encontrável. O outro é uma abstração reificada do corpo inventado pela sociedade de consumo” (Costa, 2003: 238, grifo do autor).

Ou seja, os indivíduos são levados a crer num prazer que só existe na idealização da sociedade de consumo, assim ninguém poderá atingir o ideal divulgado, pois ele existe mesmo para ser inalcançável. A criação deste ideal que impulsiona o incessante consumo, faz com que o indivíduo em sua ânsia, em sua frustração e em seu desejo de ser sempre como o outro, sinta-se diariamente desvalorizado naquilo que é, pois, ele é sempre insuficiente. Para Costa (2003: 239), “a consequência psicológica desta moral do prazer e do sofrimento é a preocupação narcísica”. O “narcisismo regenerador” de Costa (2003) é o direcionamento libidinal para o órgão lesado, o “ego”, o que origina uma preocupação draconiana com o bem-estar físico e emocional do indivíduo.

A ideologia do prazer, no entanto, nos é apresentada pelo capitalismo como uma forma de libertação individual. O indivíduo sob o impacto de mitos hipnóticos não parece se dar conta de sua situação de aprisionamento e empobrecimento.

A cultura que nos é apresentada forma álibis que mantêm funcionando este processo de violência contra o ego e o conseqüente superinvestimento narcísico. Assim, o indivíduo é levado a crer que seu corpo está sob domínio de seu ego, ou seja, enfartarão os que não praticarem exercícios físicos, serão menos saudáveis os que comerem mal ou serão obesos os que não amarem o próprio corpo... Pois, “para que o capitalismo moderno possa ser

poupado culpa-se o sujeito” (Costa, 2003: 243). O ego, pressionado pela culpa, tem como única saída inserir-se na pauta das condutas ditadas, estabelecendo uma preocupação excessiva com o corpo.

“Se tivesse testemunhado a ascensão no ocidente da sociedade de consumo, Freud certamente perceberia que o indivíduo pode voltar-se narcisicamente para si porque é obrigado a ‘amar’: a) o que não é; b) o que nunca foi; c) o que nunca poderia desejar ser ou; d) uma pessoa que jamais fez parte da pessoa-própria. O narciso moderno não é um Narciso, é uma prosaica Moura-Torta. Como a Moura-Torta, ele não ama a imagem de si mesmo, pelo contrário, a odeia. Como a Moura-Torta, ele está obsessivamente obcecado pela *invejada e odiada* imagem do corpo da princesinha. Sem a posse deste corpo principesco, o corpo da moda, as portas do castelo lhe serão fechadas e... adeus! Sonhos de *celebridade, poder, riqueza e exibicionismo*.” (Costa, 2003: 247 e 248, grifos do autor).

A cultura que nos leva ao narcisismo faz com que o bem e o bom estejam do lado do tipo idealizado, enquanto o mal represente-se em tudo o que não se ajusta completamente à deificação do mercado capitalista.

3.4) Conclusões: Violência e Narcisismo

*“Deus alguma vez nos julga pelas aparências?
Suspeito que sim.”* W.H. Auden

Vimos que na visão de Costa (2003), a própria personalidade narcísica é uma resposta à violência imposta pelo sistema capitalista e a atual sociedade de consumo. Discutiremos por fim, como as vítimas desse sistema podem rapidamente transformar-se em algozes.

As formas de dominação contemporâneas que nos imputam formas extremas de individualismo são contínuas, insidiosas e acabam por mudar a relação do indivíduo consigo. Estas formas contaminam tanto o espaço público quanto o espaço privado, fazendo

surgir um homem massificado, no qual a insurreição de oposição ou resistência são extremamente difíceis. Segundo Costa (2003), como consequência, o indivíduo tende a centra-se exclusivamente em seu próprio eu, se enclausurando dentro de si.

O narcisismo contemporâneo exprime a alienação do sujeito submetido ao automatismo irrefletido que, ilusoriamente, imagina ser a afirmação de sua personalidade. Uma nova sociabilidade nascida desta conjunção fortemente saturada de componentes mitológicos e imagéticos, torna a aparência mais significativa do que a verdade histórica. Destarte, a sociabilidade contemporânea assim gerada não somente compromete a razão mas, igualmente perverte o sujeito da consciência coletiva. Noutras palavras, a ética do consumo passa a ser o imperativo categórico apriorístico de dominação do psiquismo humano.

Esse modo de vida impõe o movimento, a agitação, a precipitação e a urgência contínua que entravam qualquer capacidade de reflexão crítica, de julgamento ou mesmo de elaboração de projetos de longo-prazo, dado que vivemos imersos no imediatismo. Esta conjunção de fatores pode prejudicar a consciência crítica na medida em que todo o processo de conexão entre desejo e imagem se organiza no inconsciente individual.

A personalidade narcísica regressivamente estimulada pela mídia, enfraquece a solidariedade e a afetividade sociocomunitária. Ela é dotada de uma superficialidade que impossibilita o estabelecimento de vínculos sociais verdadeiros e provoca o isolamento, conduzindo à formação de homens sem profundidade, sem interioridade.

Podemos estender à atual sociedade de consumo e do individualismo de massas a análise que Hannah Arendt faz da sociedade totalitária no seguinte sentido: a exemplo do sistema totalitário, as sociedades de consumo impõe um movimento incessante e por consequência perde-se o tempo necessário à reflexão e impõe-se a superficialidade dos bens culturais, das relações individuais e das relações entre os indivíduos e as instituições sociopolíticas.

“A consequência é uma superficialidade que transformaria o homem que conhecemos ao longo de cinco mil anos de história ao ponto de torná-lo irreconhecível. É mais do que uma simples superficialidade; é como se a dimensão de profundidade, sem a qual o pensamento não pode existir, mesmo no nível simples da invenção técnica, desaparecesse pura e simplesmente” (Arendt, 1989: 69).

A reflexão crítica e o pensamento aparecem para esse indivíduo como um sofrimento. Segundo Adorno & Horkheimer (1985: 153) para o homem contemporâneo “divertir-se significa: não pensar em nada, esquecer o sofrimento ali mesmo onde ele é mostrado. (...) A liberação prometida pelo divertimento, é a liberação do pensar”.

Vemos também a capacidade hipnótica do sistema comunicacional moderno implicando o embrutecimento intelectual da massa populacional. O capitalismo consumista atual, ao enfraquecer a capacidade crítica da população consumidora, debilita a abrangência da inteligência humana para substituí-la pela esperteza pragmática fundamental à competição. Não só o estilo de vida como as atitudes das pessoas ficam acorrentadas à possibilidade do consumo de bens materiais e simbólicos.

A mudança sofrida pela subjetividade humana sob o império do consumismo reflete-se numa cultura cuja ética convalida o individualismo desenfreado. Na perspectiva desse capitalismo atual, o particular toma o lugar do universal, a forma, o lugar do conteúdo e o automatismo irrefletido do princípio do prazer instala-se no lugar da consciência crítica. Não se trata de uma ficção produzida por uma imagem, mas de uma realidade que se entremescla confusamente com o ficcional e o sonho, embutindo o desejo na imagem. Nisto reside o poder do capitalismo moderno para obstruir a inteligência diminuindo a capacidade crítica enquanto intensifica o contágio emocional generalizado.

Castoriadis (1998: 86 e 87), falando do sufocamento do pensamento crítico pelo consumo e pela mercantilização, nos diz que:

“tudo é midiaticizado, as redes de cumplicidade são praticamente todo-poderosas. As vozes dissidentes ou discordantes não são sufocadas, como foram no Antigo Regime ou nos regimes totalitários, pela censura ou pelos editores que não ousavam mais publicá-las, elas são sufocadas pela comercialização generalizada. (...) Há uma capacidade terrível da sociedade contemporânea de sufocar toda divergência verdadeira, calando-a ou fazendo dela um fenômeno entre outros, comercializado como todos os outros. (...) Tudo isto não é obra de um ditador, de um punhado de grandes capitalistas ou de um grupo de criadores de opinião: é uma imensa corrente sociohistórica que vai nesta direção e faz com que tudo se torne insignificante”.

Na mesma linha, segundo Gouchet (1998), esboça-se então um modelo de personalidade onde “ser você mesmo” não é mais “saber o que o leva a agir com vontade e

liberdade interior” mas, é poder movimentar-se permanentemente e desta forma acumular, tornar-se um ser de movimento constante, apropriar-se do mundo e dos bens incessantemente. O movimento, as sensações e a impulsividade implicam a supressão da reflexão, da possibilidade de distanciamento, acarretando a desenvoltura e a indiferença em relação aos outros. Sem engajamentos, sem continuidade, sem fidelidades, sem deveres e aspirações, sem transcendência, o indivíduo contemporâneo simplesmente, existe (Gauchet, 1998: 172). Ascensão da insignificância, desvinculação e desengajamento são todos termos que tentam apreender elementos de uma atmosfera para qualificar os comportamentos individuais.

Os tipos sociais e psicológicos evocados por Castoriadis (1998) e Gouchet (1998), a quem Lasch (1983) e Costa (2003) chamam narcisistas, certamente têm sido encorajados.

Dado o funcionamento desse sistema, não nos surpreende que os indivíduos narcisistas, orientados senão para a manutenção de seu “eu”, desconsiderem o espaço de atuação do outro. As ações mobilizadas pela agressividade narcísica consistem em invadir o limite do outro causando uma imposição sobre ele mediante o uso da força com seu componente motor ou pela coação psicológica, agindo sobre seu psiquismo ou ainda, controlando suas necessidades vitais.

Para o indivíduo narcisista, na conquista de seu ideal e de seus objetivos não importam os percalços ou os obstáculos, mesmo que esses signifiquem a presença e o espaço de atuação de outros indivíduos. Centrado na preservação de seu corpo, na exaltação de seu ego e no reconhecimento de sua imagem pela sociedade, o narcisista moderno ignora a existência de seus semelhantes, a menos que ela lhe seja útil. Embora não ocorra de maneira automática e mecânica é possível verificarmos personagens narcisistas praticando ações violentas no cotidiano.

No espaço subjetivo, o indivíduo sente a violência e a conflituosidade ocorrendo a partir de seu mundo interno. Conflitos intra-psíquicos gerados na relação do ego com seus objetos ou do ego com outras instâncias psíquicas (o id ou o superego) encontram-se exacerbados na personalidade narcísica (Freud, 1996-A). Klein (1975: 31), em seu estudo de 1934, nos diz que “não é (como usualmente se supõe) a fraqueza ou a falta de um superego, em outras palavras, não é a falta de consciência, mas a sufocante severidade do superego, que é responsável pelo característico comportamento de pessoas anti-sociais e criminosas”. Podemos ver na intra-subjetividade o sofrimento do ego diante da ação traumática de seu conflito com as várias forças pulsionais, com as interdições, com o sadismo do superego ou ainda o próprio masoquismo do ego (Freud, 1998).

No âmbito da violência inter-subjetiva, encontramos as ações que ocorrem entre um sujeito e outro quando um tenta ou consegue impor seu desejo sobre o outro, anulando sua marca de sujeito desejante. Tal ação contra a alteridade impõe-se sobre o corpo físico ou o espaço mental, apagando o próprio ser e o desejo do outro. Não há o exercício da função empática que permitiria um reconhecimento do outro em seu sofrimento, pois o outro não é ouvido em seu clamor de que não deseja aquela ação. O superinvestimento no próprio ego provoca desconsiderações pelo outro, pelo coletivo e a conseqüente sensação de onipotência deste superinvestimento, promove a sensação de poder tudo, de vale-tudo, mesmo que o tudo inclua desrespeitar, violentar, roubar, matar... Afinal, a vida, a integridade, a justiça, a moralidade e a civilidade vão perdendo valor.

A sugestão de Freud (1996-A) para se combater a destrutividade do indivíduo estaria em métodos indiretos a partir do investimento no antagonismo da pulsão de morte ou seja, Eros, que estreita as ligações emocionais entre os homens. Estes vínculos emocionais podem ser de dois tipos: relações semelhantes àquelas que se têm com um objeto amado, embora sem finalidade sexual, e as que se utilizam da identificação¹⁹. Tudo o que leva os homens a compartilhar interesses importantes produziria uma comunhão de sentimentos e identificações.

Mas, a incapacidade de elaboração da angústia e frustração pelo sujeito, provocada por este estado de coisas, incide negativamente sobre sua capacidade de lidar com adversidades como também sobre o desenvolvimento de um aparelho mental capaz de produzir pensamentos criativos, prejudicando em última instância a capacidade de se estabelecer vínculos com predominância amorosa. A concorrência mercantil ao invadir todas as esferas da vida, deixou pouco espaço para a formação de verdadeiros vínculos sociais.

Os novos narcisistas são indivíduos dotados de duas faces: uma é insaciável, quer sempre mais e a busca de satisfação aos seus desejos não encontra limites possíveis; a outra, por vezes desnuda, deixa transparecer a ansiedade, a insatisfação constante, o mal-estar consigo. Apesar disto, tudo pretende ofertar-lhe indícios de que ele está liberto, enquanto os mecanismos de dominação insidiosa pelo mercado exercem-se através dos bens culturais e acabam atingindo sua psique. Encontramos-nos dominados por forças tão insidiosas que

¹⁹ Freud (2004) deu ênfase ao poder magnético do líder carismático numa compreensão psicanalítica que ia de encontro à compreensão psicológica feita pelos estudiosos clássicos da política. A identificação com o líder ou com uma idéia, era o ponto central do entendimento da comunicação numa coletividade. Freud mostrou que a energia libidinal que ligava o grupo ao líder também articulava os membros da comunidade entre si.

podem em cada um de nós promover frustrações intoleráveis, suscetíveis de ameaçar a integridade psíquica e suscitar um sentimento de inutilidade, de sermos supérfluos.

O que fazem os indivíduos narcisistas nas sociedades contemporâneas em relação a essa realidade social? A resposta é: não fazem nada. Simplesmente retiram-se, furtam-se ao ritmo imposto pelo mercado em silêncio, porque estão na verdade como esclarecido por Costa (2003), pressionados pelo medo. Estas pressões não se devem apenas a constrangimentos de ordem econômica, mas também, como dito por Elias (1993: 271), pela crescente vulnerabilidade perante os que detêm efetivo poder de decisão. Segundo o autor: “Medos de perda de emprego, (...) de cair abaixo do nível de subsistência, (...) medos de degradação social, de redução das posses ou independência, de perda de prestígio e status (...)”.

Os novos processos capitalistas não respeitaram tradições ou quaisquer valores capazes de desacelerar o ritmo impetuoso de mudanças. Assim, o modo de vida das pessoas teve que acertar o passo para acompanhar a velocidade destes novos empreendimentos que capilarmente foram atingindo todo o tecido social.

Essa nova sociabilidade, no entanto, tornou-nos apátridas virtuais, homens sem quaisquer responsabilidades, mas com uma imensa necessidade de proteção. Homens desgarrados, desterritorializados, concebendo o mundo como um estado aberto para novas experiências estéticas, novas aventuras. Deixamos de ser um personagem do espaço uma vez que sentimo-nos desgarrados, para sermos homens do tempo, ávidos por emoções que compensem a monotonia da vida cotidiana. Estamos imersos num mundo de sensações abertas para uma gama desconhecida de desejos, muitos irrefreáveis, e cunhamos nossa visibilidade no mundo das aparências.

Numa perspectiva freudiana, poderíamos nos perguntar: onde se canalizarão as energias desse novo homem? O novo mundo é suficientemente avassalador para abalar as certezas, mas podemos dizer que quaisquer soluções devem repensar os sujeitos como membros de uma instância social superior, fazendo com que estes percebam a importância do ser coletivo, nos guiando para além das fronteiras do individualismo.

Referências Bibliográficas:

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ALBUQUERQUE, Almerinda *et alli*. (2003) O Suicídio na Adolescência. In: LOBO, Sônia (org.) *Violência – Um Estudo Psicanalítico e Multidisciplinar*. Fortaleza: Demócrito Rocha.
- ARBLASTER, Anthony. (1996) Violência In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ARENDT, Hannah. (1986) *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. (1978) *O Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUDRILLARD, Jean. (1986) *América*. Rio de Janeiro: Rocco.
- BAUMAN, Zygmunt. (1998) *O Mal-estar na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. (2004) *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BELL, Daniel A. (1978) *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Nova Iorque: Basic Books.
- BOBBIO, Norberto. (1992) *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BODY-GENDROT, Sophie. (1991) *Ville et Violence : L'irruption de Nouveaux Acteurs*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BURKE, Peter. (2002) Violência Urbana e Civilização. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.) *Insegurança Pública: Reflexões Sobre a Criminalidade e a Violência Urbana*. São Paulo: Nova Alexandria.
- CAMPOS, Sérgio de. (2004) O Mercado Pós-Moderno da Violência. *Proposta – Jornal de Idéias*, ano I, n. 6. Belo Horizonte, 12 a 19 de maio de 2004.
- CANO, Ignacio. (2002) A Importância do Microdesarmamento na Prevenção da Violência. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.) *Insegurança Pública: Reflexões Sobre a Criminalidade e a Violência Urbana*. São Paulo: Nova Alexandria.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel & NOVAIS, Fernando A. (1998) Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz & NOVAIS, Fernando A. (orgs.) *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo: Cia. Das Letras.

CASSORLA, Roosevelt. (1987) Comportamentos Suicidas na Infância e Adolescência. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, mai./jun. de 1987, vol. 26, n.3. São Paulo: Científica Nacional.

CASTORIADIS, Cornelius. (1998) *A Ascensão da Insignificância*. Lisboa: Bizâncio.

CHABROL, Henri & SZTULMAN, Henri. (1997) Splitting and Psychodynamics of Adolescent and Young Adult Suicide Attempts. *The International Journal of Psychoanalyses*, 78. Londres: IJPA.

CHAUÍ, Marilena. (1999) Uma Ideologia Perversa. *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 14 de março de 1999.

COSTA, Jurandir Freire. (2003) *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

COSTA, Jurandir Freire. (2004) Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.) *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

DANTAS JUNIOR, Alírio. (1999) Violência, Metapsicologia e Narcisismo. *Revista Alter*. Brasília: Lis.

DUFFY, Maureen & GILLIG, Scott Edward. (2000) *Teen Gangs: A Global View*. Westport: Greenwood.

DURKHEIM, Émile. (1982) *O Suicídio*. Rio de Janeiro: Zahar.

DYER, Joel. (2000) *The Perpetual Prisoner Machine*. Boulder, CO: West View Press.

EKLAND-OLSON, Sheldon *et al.* (1992) Crime and Incarceration: Some Comparative Findings from the 1980's. *Crime and Delinquency*, n. 38. Long Beach, CA: California State University.

ELIAS, Norbert. (1993) *O Processo Civilizador*, vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIOT, T.S. (2000) *Poesia*. São Paulo: Nova Fronteira.

FREUD, Sigmund. (1968) Introducción al Narcisismo. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*, vol I. Madri: Biblioteca Nueva.

FREUD, Sigmund. (1996) Luto e Melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

- FREUD, Sigmund. (1996-A) O Instinto e Suas Vicissitudes. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, Sigmund. (1997) *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, Sigmund. (1998) *Além do Princípio do Prazer*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, Sigmund. (1998-A) *Análise Terminável e Interminável*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, Sigmund. (1998-B) *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, Sigmund. (2004) *Mass Psychology*. Londres: Penguin Modern.
- FRY, Rev. John R. (1973) *Locked Out Americans: A Memoir*. Nova Iorque: Harper & Row.
- GAY, Peter. (1995) *Freud – A Life for Our Times*. Nova Iorque: Papermac.
- GOMES, Maria de Fátima C. Marques. (2003) Sonhos Urbanos e Pesadelos Metropolitanos. *Scripta Nova*, vol. VII, n.146, 1 de agosto de 2003. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- GOUCHET, Marcel (1998) Essai de Psychologie Contemporaine. Um Novel Âge de La Personnalité. *Le Debat*, n. 99. Paris.
- GRUNSPUN, Haim. (1991) Fatores Suicidógenos Como Avaliação do Risco de Suicídio em Adolescentes. In: CASSORLA, Roosevelt (coord.) *Do Suicídio: Estudos Brasileiros*. Campinas, SP: Papirus.
- HABERMAS, Jurgen. (1986) *Toward a Rational Society*. Londres: Blackwell-UK.
- HARVEY, David. (1992) *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HERRMANN, Fabio. (1994) Mal-Estar na Cultura e a Psicanálise no Fim do Século. In: JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos U. (coord.), Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (org.) *Perturbador Mundo Novo*. São Paulo: Escuta.
- HERRMANN, Fabio. (2001) *Andaimes do Real: Psicanálise do Quotidiano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- HOUAISS, Antonio. (2001) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva.
- JACOBY, Russel. (2001) *O Fim da Utopia*. Rio de Janeiro: Record.
- JAMESON, Fredric. (1984) Post Modernism or the Cultural Logic of Late Capitalism. *New Left Review*, n. 146, julho-agosto de 1984. Londres.

KAPLAN, Benjamin & SADOCK, Virginia. (1990) *Compêndio de Psiquiatria*. Porto Alegre: Artes Médicas.

KLEIN, Melanie. (1975) *On Criminality*. Londres: The Hogarth Press.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean Bertrand. (1999) *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

LASCH, Christopher. (1983) *A Cultura do Narcisismo. A Vida Americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Rio de Janeiro: Imago.

LEMGRUBER, Julita. (2002) Controle da Criminalidade: Mitos e Fatos. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.) *Insegurança Pública: Reflexões Sobre a Criminalidade e a Violência Urbana*. São Paulo: Nova Alexandria.

LEVISKY, David Léo. (1995) *Adolescência – Reflexões Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.

LEVITT, Steven. (1995) The Effect of Prison Population Size on Crime Rates: Evidence From Prison Overcrowding Litigation. *NBER Working Papers*, n.5119. Cambridge, MA: Março de 1995.

LEVY, Ruggero. (1990) Refúgios Narcisistas na Adolescência: Entre a Busca de Proteção e o Risco de Destruição, Dilemas na Contratransferência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, n. 1, São Paulo.

LINCH, Timothy. (2000) *After Prohibition*. Washington: Cato Institute.

LOBO, Flavio. (2003) Vida e Morte no Trabalho. *Carta Capital*, 22 de outubro de 2003. São Paulo: Confiança.

MARANO, Hara Estroff. (2005) De Olhos Bem Fechados. *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 2005.

MARCHON, Paulo. (2002) Violência e Psicanálise. Transcrição de palestra proferida na *IV Jornada do Núcleo Psicanalítico de Fortaleza*, 25 de abril de 2002.

MARONI, Amnéris. (2005) Jung na “Era das Catástrofes”. *Revista Viver Mente e Cérebro, especial “Memórias da Psicanálise”* n.2. São Paulo: Duetto.

MARX, Karl. (1997). *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MAUER, Marc. (1999) *Race to Incarcerate*. Nova Iorque: The New Press.

MENEZES, Eduardo. (2003) Reflexões Sobre a Violência. In: LOBO, Sônia (org.) *Violência – Um Estudo Psicanalítico e Multidisciplinar*. Fortaleza: Demócrito Rocha.

MESSADIÉ, Gerald. (1989) *A Crise do Mito Americano – Réquiem Para o Super-Homem*. São Paulo: Ática.

MOODY, Carlisle & MARVELL, Thomas B. (1994) Prison Population Growth and Crime Reduction. *Journal of Quantitative Criminology*, n. 10. Albany, NY: Kluwer Academic Publishers.

MORUS, Thomas. (1972) *A Utopia*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural.

MOSCONA, Sara. (2000) Tiempos Violentos - Palabra Inmolada. *Violencia Visible e Invisible, Revista de la Association Psicoanalitica de Buenos Aires*, vol. XXII, n. 2, 2000.

ODÁLIA, Nilo. (1983) *O Que é Violência*. São Paulo: Brasiliense.

ONU. (1998) *United Nations International Study on Firearms Regulations*. Nova Iorque: UN Press.

PARENTI, Christian. (1999) *Lockdown America*. Nova Iorque: Verso.

PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* (1991) Violência Fatal: Conflitos Policiais em São Paulo (81-89). *Revista da USP*, 95, março-abril-maio de 1991.

REALE, Giovanni. (2001) *Introdução a Aristóteles*. Rio de Janeiro: Edições 70.

SALTZMAN, Linda Mercy *et al.* (1992) Weapon Involvement and Injury Outcomes on Family and Intimate Assaults. *Journal of the American Medical Association*, vol. 267, n. 22, Chicago: 10 de junho de 1992.

SHIRALDI, Vincent. (1999) *From Classrooms To Cell Blocks*. Washington: Justice Police Institute.

TOFFLER, Alvin. (1970) *Future Shock*. Nova Iorque: Bantam Books.

WOOD JUNIOR, Thomaz. (2003) Pareto em Pindorama. *Carta Capital*, 22 de outubro de 2003. São Paulo: Confiança.

ZALUAR, Alba. (1996) *Da Revolta ao Crime S.A.* São Paulo: Moderna.

ZALUAR, Alba. (1998) Pra Não Dizer Que Não Falei de Samba: Enigmas da Violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lília Moritz & NOVAIS, Fernando A. (orgs.) *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo: Cia. Das Letras.